



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS

N.º 003/2018

EMITIDO EM: 19/11/2018.

Processo: 6364/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, com sede à rua Cel. Francisco Limongi, 353 – Centro – São José do Vale do Rio Preto – RJ, realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS TIPO MENOR VALOR PERCENTUAL**, regida pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas posteriores alterações, dentro das seguintes condições abaixo elencadas

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 - A sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas comerciais, **será realizada às 10 horas , do dia 14 de dezembro de 2018,** na sala de licitações da Administração Municipal, situada na Rua Cel. Francisco Limongi, 125 – Centro – São José do Vale do Rio Preto – Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto da presente licitação selecionar, observados os critérios descritos neste Edital, a melhor proposta para o fim de contratação de sociedade empresária especializada à qual caberá a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO REGIME DE PERMISSÃO, DE CARÁTER PRECÁRIO, COM EXCLUSIVIDADE**, na área do Município atendida pelo Departamento de Água e Esgotamento Sanitário de **SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**, em conformidade com as especificações contidas nos anexos: I (Termo de Referência), II (Regulamento dos Serviços Públicos de Água do Município **SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**), III (Critérios de Serviços Adequados), IV (Política Tarifária), V (Distinção de Responsabilidade pelos Investimentos), VI (Modelo de Permissão), VII (Minuta de contrato), VIII (Declaração de Idôneo), IX (Declaração de conformidade com o edital e seus anexos), X (Formulário de Registro Cadastral) e XI (Modelo de Proposta de Preços), que são partes integrantes do presente Edital. Documentação essa que se encontra disponível no endereço eletrônico www.sjvriopreto.rj.gov.br.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ENVELOPES.

3.1 – Para participação neste Certame o licitante deverá apresentar o seguinte:

3.1.1 – **Envelopes “A” e “B”** – Contendo a documentação e proposta, que deverão ser apresentados da seguinte forma:

1) **Fechado;**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2) Com identificação do licitante;

3) Discriminando qual é o envelope “A” e o envelope “B”.

1 – Envelope “A”: Habilitação – Deverá estar devidamente fechado (impedindo a retirada ou inclusão de documentos), identificado (contendo o nome da Firma) e conter os seguintes documentos:

A – Ato constitutivo (devidamente registrado) ou a última alteração contratual, se for o caso, devidamente registrada no órgão próprio, que expresse explicitamente o responsável legal pela sociedade empresária, por cópia autenticada;

A.1 - Prova de possuir capital social integralizado ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato, comprovado através de registro na junta comercial ou do último balanço publicado, conforme o caso, devendo a comprovação ser feita à data da apresentação da proposta (art. 31, parágrafos 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93).

B – Em se tratando de representante e não do responsável legal constante no contrato social, somente terá direito a manifestar-se durante o certame com a devida procuração, que poderá ser apresentado dentro ou fora do envelope, o qual será registrado em ata, sendo necessário anexa-lo aos autos;

C – Original ou cópia autenticada da certidão que prova regularidade para com a fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, com prazo de validade não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não estiver consignado na mesma o prazo de validade (art. 29, inciso III da Lei nº 8.666/93);

C . 1 – A certidão de débitos Estaduais deverá estar acompanhada de certidão da dívida ativa do Estado, de conformidade com a resolução PGE/SER nº 033/04, publicada no D.O.E, em 25 de novembro de 2004. **(No caso de firma do Estado do Rio de Janeiro).**

D – Original ou cópia autenticada da Certidão que prova regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (art. 29, inciso IV da lei nº 8.666/93);

E – Original ou cópia autenticada da Certidão que prova regularidade com a Receita Federal, INSS e Dívida Ativa da União (CND) (art. 29, inciso IV da Lei nº 8.666/93);

F - Certidão negativa de infrações trabalhistas à legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

G – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física (art. 31, inciso II da Lei nº 8.666/93).

H - CNDT – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei 12.440 de 2011);

I – Atestado da realização de Visita Técnica, fornecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, destinado a fazer prova de que a sociedade empresária licitante detém amplo conhecimento da situação real do local e as circunstâncias em que se dará a efetiva prestação dos serviços. **As visitas serão dos dias 03 a 07 de dezembro de 2018, sempre as 10 horas, na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.**

I.1 – Em face da natureza técnica do evento, e das suas repercussões, tanto para a perfeita compreensão das disposições do presente edital e da documentação que o acompanha, assim como para a elaboração das propostas de custos, **a Secretaria Municipal de Meio Ambiente somente**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

emitirá o Atestado da realização da Visita Técnica em favor das sociedades empresárias que a ela comparecerem assistidas pelo seu responsável técnico com registro no CREA, a ela vinculado por uma das formas descritas na parte final do item J deste Edital, *O QUAL SERÁ O RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA A PERMISSÃO EM QUESTÃO, DEVENDO SER IDENTIFICADO, INCLUSIVE COM O REGISTRO no CREA.*

J – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Os LICITANTES deverão apresentar:

- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA do local de sua sede, com validade na data de apresentação da DOCUMENTAÇÃO;
- b) Documento comprobatório de visita à **ÁREA DE PERMISSÃO**, nos termos do item 5.2.1;
- c) Demonstração da experiência anterior em serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação através de atestado(s) técnico(s) acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de acervo(s) técnico(s) (CAT) do CREA, em nome do(s) profissional(is) de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, que tenha vínculo profissional com a LICITANTE, na data de apresentação das PROPOSTAS. Os itens que serão levados em consideração para comprovação de experiência são:
 - Experiência em operação de sistemas de abastecimento de água;
 - A comprovação do vínculo do(s) profissional(is) de que trata o item 5.2.1 acima se dará mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, ficha de Registro de Empregados ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços. No caso de o profissional ser dirigente da LICITANTE, a comprovação de seu vínculo conforme o caso, devidamente registrados na Junta Comercial competente, que comprove a investidura de tal dirigente;
- d) Demonstração da experiência da LICITANTE, em serviços compatíveis com o objeto da licitação, através de atestado(s) técnico(s), em nome da LICITANTE. Os itens que serão levados em consideração para comprovação de experiência da LICITANTE são:
 - Atestado(s) de capacitação técnica, fornecidos(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, registrado(s) no CREA, que comprove(m) a experiência da LICITANTE em, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano;
 - Experiência da LICITANTE em operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, incluindo as atividades de captação, produção, reservação e distribuição de água tratada que atenda, no mínimo, 20.251 habitantes (último censo 2010);
 - Experiência da LICITANTE em operação e manutenção do sistema de gestão comercial, incluindo as atividades de leitura de hidrômetro, faturamento, cobrança e atendimento ao público em sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que atenda, no mínimo 4.577 ligações;
 - Os atestados a serem apresentados pelos LICITANTES deverão ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado CONCEDENTES do objeto atestado, devendo o atestado ser fornecido em papel timbrado do declarante, com identificação de seu representante legal e informações para eventual contato por parte da COMISSÃO. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, sem a elas se limitar as seguintes informações:
 - Objeto;
 - Características e descrição das atividades e serviços desenvolvidos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- Razão social do emitente;
- Nome e identificação do signatário;
- Demais informações que se entenda pertinente incluir.

- Por se tratar de quesito técnico, que exige expertise na área de engenharia, o item J, acima, será, em sua totalidade, analisado e aprovado por **MEMBROS DA COMISSÃO NOMEADA PELA PORTARIA Nº 390**, de 08 de novembro de 2018.

L - Além dos itens acima, deverá a sociedade empresária licitante, apresentar o C.R.C. (Certificado de Registro Cadastral), emitido pelo órgão licitante, apto a comprovar a inscrição prévia da sociedade empresária licitante no cadastro de fornecedores e prestadores de serviços da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, RJ, ou comprovação de estar a sociedade empresária licitante em condições para o cadastramento conforme determina o artigo 22, § 2º da Lei nº 8.666/93 – até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas. **(Considera-se em condições para o cadastramento a solicitação formal através do devido processo administrativo protocolado na Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, em processo protocolado no prazo anteriormente referido).**

M – Declaração, sob as penas da lei, de que a sociedade empresária licitante não foi declarada inidônea pelo no Município de São José do Vale do Rio Preto, bem como por nenhum outro órgão da Federação, não havendo nada que o impeça a sua participação no certame regulado pelo presente Edital (Anexo VIII).

N – Declaração assinada pelo responsável da sociedade empresária, juntamente com o seu responsável técnico, de que todas as informações contidas na documentação integrante do edital da presente licitação, assim como as condições locais, examinadas ambas pelo responsável técnico da sociedade empresária licitante, foram consideradas suficientes para permitir o pleno adimplemento das obrigações que vierem a ser assumidas em decorrência da execução do objeto a ser permitido, não estando a exigir reparos, retificações e/ou alterações;

O – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta (art. 31, inciso I da lei nº 8.666/93); **quando exigível; (quando não for exigível deverá a empresa apresentar declaração da empresa justificando sob as penas da Lei a não exigência do balanço);**

- No caso de sociedade anônimas, cópia autenticada do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, publicadas em jornal diário de grande circulação no estado, ou, se houver, no município da sede da empresa;
- No caso de empresas por responsabilidade limitada, cópia autenticada pela Junta Comercial das páginas do Livro Diário, que contenham Termo de Abertura; Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento;
- O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis, bem como, os Demonstrativos dos Índices Contábeis, deverão estar assinados pelos Sócios–Gerentes da empresa e por contabilista, comprovadamente registrado perante o Conselho Regional de Contabilidade – CRC, sendo observados os seguintes índices contábeis:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Para efeito de análise da situação econômica financeira da empresa, e para considerá-la habilitada, será observada a metodologia prevista no decreto 1106 de 15 de julho de 2002, conforme abaixo, no qual deverá atingir a avaliação mínima **A2**.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:

ativo circulante + realizável a longo prazo

passivo circulante + exigível a longo prazo

| LG | PONTOS |
|-------------|---------------|
| 0,00 a 0,29 | 0 |
| 0,30 a 0,49 | 1 |
| 0,50 a 0,59 | 2 |
| 0,60 a 0,69 | 3 |
| 0,70 a 0,89 | 4 |

| | |
|--------------|----|
| 0,90 a 1,09 | 5 |
| 1,10 a 1,29 | 6 |
| 1,30 a 1,49 | 7 |
| 1,50 a 1,79 | 8 |
| 1,80 a 2,00 | 9 |
| mais de 2,00 | 10 |

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

ativo circulante

passivo circulante

| LC | PONTOS |
|--------------|---------------|
| 0,00 a 0,39 | 0 |
| 0,40 a 0,59 | 1 |
| 0,60 a 0,79 | 2 |
| 0,80 a 0,99 | 3 |
| 1,00 a 1,19 | 4 |
| 1,20 a 1,39 | 5 |
| 1,40 a 1,59 | 6 |
| 1,60 a 1,79 | 7 |
| 1,80 a 1,99 | 8 |
| 2,00 a 2,20 | 9 |
| mais de 2,20 | 10 |

GRAU DE ENDIVIDAMENTO

passivo circulante + exigível a longo prazo

patrimônio líquido



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

| EM | PONTOS |
|---------------------|---------------|
| <i>mais de 10,0</i> | <i>0</i> |
| <i>9,1 a 10,0</i> | <i>1</i> |
| <i>8,1 a 9,0</i> | <i>2</i> |
| <i>7,1 a 8,0</i> | <i>3</i> |
| <i>6,1 a 7,0</i> | <i>4</i> |
| <i>5,1 a 6,0</i> | <i>5</i> |
| <i>4,1 a 5,0</i> | <i>6</i> |
| <i>3,1 a 4,0</i> | <i>7</i> |
| <i>2,1 a 3,0</i> | <i>8</i> |
| <i>1,1 a 2,0</i> | <i>9</i> |
| <i>0,0 a 1,0</i> | <i>10</i> |

Obtendo-se a média:
pontos LG + pontos LC + pontos EM

3

convertendo-se o resultado pela seguinte tabela:

| PONTOS | AVALIAÇÃO |
|-------------------|------------------|
| <i>0,0 a 1,9</i> | <i>NR</i> |
| <i>2,0 a 4,9</i> | <i>2 (A)</i> |
| <i>5,0 a 7,9</i> | <i>4 (B)</i> |
| <i>8,0 a 10,0</i> | <i>6 (C)</i> |

os quais indicam os seguintes conceitos:

| AVALIAÇÃO | CONCEITO |
|------------------|----------------------------------|
| <i>NR</i> | <i>não recomendável</i> |
| <i>(A) 2</i> | <i>mínimo para cadastramento</i> |
| <i>(B) 4</i> | <i>médio</i> |
| <i>(C) 6</i> | <i>máximo</i> |

Obs.: As cópias dos documentos acima mencionados serão autenticadas pela comissão de licitação no ato da abertura dos envelopes, desde que apresentados os originais, nos termos do art. 32, CAPUT, da Lei de Licitações.

2– Envelope “B”: Proposta.

2.1- O fator “K” máximo a ser proposto na licitação foi calculado como 0,945 (novecentos e quarenta e cinco milésimos), de modo a garantir a TIR (Taxa Interna de Retorno) mínima exigida para a viabilidade. Portanto, a proposta a ser apresentada deverá ser igual ou menor ao fator K.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2.2- O envelope B conterá a proposta comercial, que deverá ser apresentada nos moldes do anexo XI (Modelo de Preposta de Preços), conforme regra abaixo:

- A) Preço unitário, já inclusas todas as despesas com manutenção corretiva e preventiva, mão-de-obra, fornecimento, instalação, coleta de dados, treinamento, tributos e encargos sociais de quaisquer espécies e demais despesas necessárias à completa execução do contrato;
- B) Deverá o licitante preencher a proposta através do arquivo deste edital disponível no site, lida e elaborada exclusivamente através do aplicativo betha auto cotação, que após devidamente preenchida e gravada será salva **em pen drive**;
- C) Não sendo possível acessar os dados da proposta do licitante a partir do pen drive de que trata o item “B”, ou caso a proposta tenha sido elaborada em planilha diferente daquele previsto no item “B”, o licitante **será considerado desclassificado**. Poderá a Presidente da Comissão de Licitação solicitar ao licitante que entre em contato com a empresa e envie no prazo de 30 (trinta) minutos a referida proposta via e-mail, caso mesmo assim não seja possível acessar os dados da proposta da empresa. **A Presidente da Comissão de Licitação poderá suspender o certame para lançamento manual pelo período de horas ou dias que se fizer necessário, retornando o certame tão somente quando todas as propostas estiverem lançadas no sistema para início da licitação. Caso ocorra o fato em questão se lavrará uma ata e marcará uma data para retorno dos licitantes;**
- D) Depois de preenchido a planilha e gravado em pen drive, deverá o licitante imprimir uma cópia, assinar e colocar no envelope juntamente com o pen drive.
- E) **IMPORTANTÍSSIMO**: O licitante não poderá alterar a ordem dos itens, bem como as especificações, quantitativos, muito menos excluir ou incluir linhas ou itens na planilha.

2.2.1 - A apresentação de uma proposta na licitação será considerada como evidência de que a proponente:

- 2.2.2.1 - Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital, que os comparou entre si e obteve do Município informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la;
- 2.2.2.2 - Assumirá integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto licitado, caso seja vencedora da licitação;
- 2.2.2.3 - Considerou que os elementos desta licitação lhe permitem a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

F) Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, aquelas que contemplem preços excessivos ou inexequíveis;

G) A empresa vencedora do referido certame, deverá no ato da assinatura do contrato, ter no município sede do CONCEDENTE escritório ou sucursal, com a qual serão estabelecidos todos os contatos referentes à sua execução;

H - Prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

CLÁUSULA QUARTA– DOS PRAZOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

4.1 – A partir da assinatura do contrato a **PERMISSIONÁRIA** terá um prazo de 15(quinze) dias para mobilização, instalação e início dos serviços.

4.2 – A firma garantira os serviços ora estabelecidos neste edital por 05 (cinco) anos, contados a partir da data assunção dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1 – No dia, hora e local designados, será realizada a Sessão de Recebimento e Abertura dos Envelopes contendo a Documentação de Habilitação e as Propostas Comerciais com a participação dos membros da Comissão de Licitação e da Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 390/18, na presença dos licitantes que se interessarem, munidos das respectivas procurações, de acordo com a seguinte rotina:

A – Recebimento dos Envelopes A e B;

B – Abertura dos envelopes “A” e análise dos documentos de Habilitação nele contidos, podendo a comissão utilizar o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para proceder a presente análise, diligências e outros cabíveis na forma da Lei;

C – Abertura dos Envelopes “ B ”, contendo as Propostas Comerciais dos licitantes considerados habilitados, podendo também a comissão de licitações ser aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para análise, diligências e outros cabíveis na forma da Lei;

D – Todos os documentos constantes dos envelopes “A” e “ B ”, Habilitação e Proposta Comercial, deverão ser rubricados por todos os presentes, e juntados ao processo e encaminhados à Comissão Permanente de Licitações para análise, apreciação e julgamento, em observância aos critérios estabelecidos neste Edital;

E – Em hipótese alguma, serão recebidas propostas feitas por telex, fax, telegrama.

F – O não comparecimento ou permanência do licitante (ou representante credenciado) ao ato, ou a falta de sua assinatura na ata da Sessão implicará na sua tácita concordância com as decisões da Comissão.

G – Os envelopes “A” e “B”, contendo habilitação e propostas, respectivamente, poderão ser protocolizados até 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão no setor de protocolo da Prefeitura Municipal, mediante o pagamento da taxa de expediente, situada à Rua Coronel Francisco Limongi, nº 125, centro, ou entregues na data, hora e local da abertura dos mesmos diretamente ao Presidente da Comissão de Licitações;

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTRATO E DAS PENALIDADES

6.1 – A firma deverá em o ato da assinatura do contrato apresentar por escrito o preposto da empresa, de conformidade com art. 68 da lei nº 8.666/93;

6.2 – O prazo máximo para assinatura do referido contrato será de 10 (dez) dias úteis, a contar da homologação do certame licitatório por parte do executivo municipal, conforme determina o art. 81 da lei nº 8.666/93;

6.3 – A empresa **PERMISSIONÁRIA** que deixar de cumprir quaisquer das obrigações assumidas, bem como, deixar de cumprir qualquer das obrigações assumidas ficará garantida a prévia defesa, sujeita às seguintes penalidades:

A – Multa por dia de atraso equivalente a 5% (cinco por cento) do valor da etapa em atraso;

B – Suspensão do direito de licitar no Município de São José do Vale do Rio Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, na forma da lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

C- A empresa **PERMISSIONÁRIA** está obrigada a manter durante toda a vigência do contrato as condições apresentadas para habilitação.

6.4. No ato da assinatura deste Contrato a Permissionária depositará a garantia de execução do Contrato, em qualquer das formas previstas no artigo 56 da Lei 8.666/93, no valor equivalente a 1% (um por cento) do valor do Contrato, renovado a cada ano no valor residual previsto para o Contrato, em razão do prazo remanescente.

6.4.1. Encerrado o Contrato e cumpridas integralmente as obrigações da PERMISSIONÁRIA, a garantia do contrato lhe será restituída no prazo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SETIMA: MOTIVOS PARA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - Constitui razões para rescisão do presente contrato as prescrições abaixo elencadas, como determina o artigo nº 78 da lei nº 8.666/93:

I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – O Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

IV – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

V – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VI – A dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

VII – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

VIII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o **CONCEDENTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

IX – A suspensão de sua execução, por ordem escrita da administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

X – A não liberação, por parte da administração, de área, local ou objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

XI - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XII - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

XIII – A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

XIV– O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

XV – A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à administração;

CLÁUSULA OITAVA – DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS.

8.1 – Quaisquer outras informações, poderão ser obtidas pelos interessados, em dias úteis, no horário de 9h30min às 16 h, na secretaria de administração, na rua Cel. Francisco Limongi, 125, Centro – São José do Vale do Rio Preto – RJ, ou pelos telefones 2224–1552;

8.2 – Os pedidos de impugnação ou recursos somente serão aceitos mediante encaminhamento formal através de processo administrativo devidamente protocolado nesta municipalidade;

8.3 – Todos os documentos de habilitação e propostas de preços, passaram a serem parte integrantes do processo licitatório, não sendo cabível a devolução dos mesmos, salvo os envelopes “B” – proposta de preços dos licitantes considerados inabilitados na fase inicial (envelopes “A”).

São José do Vale do Rio Preto, em xx de xxxx de 2018

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Órgão: Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA

CNPJ: 32.001.836/0001-05

Endereço: Rua Coronel Francisco Limongi, nº 159, Centro

CEP: 25.780-000

Cidade: São José do Vale do Rio Preto, RJ.

Fones: (24) 2224-7598

2. OBJETO E ÁREA

2.1 Prestação de serviço público de abastecimento de água no Município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, Estado do Rio de Janeiro, no regime de permissão, de caráter precário, com exclusividade, na área do Município atendida pelo Departamento de Água e Esgotamento Sanitário de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – DAES, englobando as seguintes atividades:

- i. Prestação do serviço público de abastecimento de água;
- ii. Operação, manutenção e controle de qualidade do sistema público de abastecimento de água, incluindo os ramais e o sistema de micromedição;
- iii. Prestação dos serviços complementares aos usuários;
- iv. Elaboração e manutenção do cadastro técnico e comercial;
- v. Recuperação, melhoria e ampliação do sistema de água e esgoto, de caráter emergencial.

2.2 O Sistema de Abastecimento de Água do município é composto por 2 (duas) ETAs do tipo convencional e poços de captação profunda. Segue abaixo tabela 1 e 2 com informações básicas das ETAs e poços:

O Regulamento dos Serviços Públicos e o Critério de Serviço adequado ao modelo de Permissão, estão contidos nos Anexos II e III, respectivamente.

Tabela 1 – Estações de Tratamento de Água

| INFORMAÇÕES | ETA MARAVILHA | ETA ARAPONGA |
|-----------------------------------|----------------------|---------------------|
| Vazão | 14L/s | 14L/s |
| Manancial | Sem identificação | Sem identificação |
| Reservação de Água Tratada | 60m ³ | 100m ³ |
| Altitude | 820m | 780m |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Tabela 2 – Poços Artesianos

| LOCALIDADE | | VAZÃO ESTIMADA (m³/h) | COTA (m) | SITUAÇÃO ATUAL |
|------------|--|--------------------------|-------------|----------------|
| 1 | Águas Claras (Campo) | 5,0 | 551 | Inativo |
| 2 | Águas Claras (Ginásio - Brucussu) | 6,0 | 547 | Não utilizado |
| 3 | Águas Claras (Parque de Exposições) | 5,0 | 531 | Ativo |
| 4 | Águas Claras (Praça) | 3,5 | 548 | Inativo |
| 5 | Barrinha | 6,0 | 523 | Ativo |
| 6 | Cachoeira | 10,0 | 578 | Inativo |
| 7 | Camboatá | 10,0 | 542 | Ativo |
| 8 | Contendas | 6,0 | 536 | Ativo |
| 9 | Contendas (Monte Florido) | 11,0 | 567 | Inativo |
| 10 | Glória | 3,5 | 757 | Ativo |
| 11 | Jaguara | 10,0 | 570 | Ativo |
| 12 | Parada Morelli | 6,6 | 522 | Ativo |
| 13 | Pedras Brancas 1 (Rua)' | 4,5 | 719 | Ativo |
| 14 | Pedras Brancas 2 (Quadra) | 4,0 | 695 | Ativo |
| 15 | Pouso Alegre | 10,0 | 710 | Ativo |
| 16 | Queiroz | 7,5 | 544 | Inativo |
| 17 | São Lourenço | 10,0 | 631 | Inativo |

3. JUSTIFICATIVA

O Município de São José do Vale do Rio Preto vem enfrentando graves problemas no abastecimento de água à sua população.

Atualmente a responsabilidade pelos serviços de operação e manutenção do sistema de abastecimento de água do município é do Departamento de Água e Esgotamento Sanitário – DAES, vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deficiente de estrutura técnica especializada para oferecer um serviço de qualidade aos munícipes. Esta falta de estrutura compromete seriamente a eficiência da prestação dos serviços, onde a inadimplência alcança índices da ordem de 50% que inviabiliza qualquer possibilidade de investimento, além da pouca oferta de água agravada pela desativação de 7 Poços Artesianos, que tem sido motivo de grande preocupação para a Administração Municipal.

Analisando os vários modelos de gestão para a prestação dos serviços de abastecimento de água, as autoridades municipais concluíram como mais adequado à população de São Jose do Vale



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

do Rio Preto a realização de licitação pública para contratar empresa permissionária, em face das expressivas vantagens dessa modalidade institucional prevista na Lei de Concessões e Permissões da Prestação dos Serviços Públicos, especialmente em contraste com o grande volume de incertezas associadas às outras alternativas, como as relacionadas à manutenção da prestação de serviços por organismo municipal e de eventual contrato de programa celebrado com organismo estadual.

Dentre as principais vantagens destacam-se:

- Imediata implementação de novas técnicas gerenciais especializadas para atender a necessidade de melhorias na operação dos sistemas de abastecimento de água e na sua gestão comercial com vistas também à necessidade de expansão dos serviços;
- Garantir o serviço adequado;
- No modelo proposto o risco da inadimplência, que atualmente é de aproximadamente em 50%, passa a ser da Empresa Permissionária. Portanto os recursos do Município que hoje são empregados para cobrir a Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água poderiam ser utilizados na Expansão dos Serviços de Abastecimento de Água.

Além deste resultado que sugere o modelo de permissão como o mais adequado para o momento, foi considerado o pagamento de um valor a título de outorga em favor do Município, sem, contudo, onerar as tarifas.

O valor de pagamento a título de outorga se justifica em razões de interesse público, como atender necessidades financeiras emergentes do Município, para fazer frente a investimentos no Sistema de Abastecimento de Água com objetivo de torná-lo mais eficiente.

Assim, neste cenário desafiador, o caminho que se apresenta como o mais indicado no momento é a permissão dos serviços públicos, em conformidade com o Decreto Municipal Nº 2.875, de 21 de Setembro de 2018, que delega a prestação dos serviços de abastecimento de água, por meio de permissão, nos termos das Leis Federais n.º 8.987/1995, n.º 9074/1995 e n.º 11.445/2007.

Através de licitação pública, as empresas especializadas no setor de saneamento poderão ofertar propostas para o cumprimento das metas de universalização dos serviços em São Jose do Vale do Rio Preto, consoante previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico e:

CONSIDERANDO a competência outorgada pela Constituição Federal aos Municípios para organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local (art. 30, V);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONSIDERANDO o disposto no art. 175 da Constituição Federal, pelo qual incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, o saneamento básico compreende o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e a drenagem e manejo de águas pluviais;

CONSIDERANDO que não obstante o esforço empreendido pelo governo municipal, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados, pelo DAES, executor dos serviços que, não tiveram êxito em promover a satisfação e o cumprimento das políticas públicas de saneamento básico e consequentemente dos seus respectivos Planos Municipais, na vertente de abastecimento de água;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a efetividade das políticas públicas de saneamento básico, sobretudo promover investimentos nos sistemas de abastecimento de água, visando satisfazer a eficiência destes serviços públicos essenciais e contínuos de forma sólida, continua e duradoura;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar e implantar melhorias para o fim de garantir a continuidade dos serviços de abastecimento de água, com ênfase na gestão ininterrupta do sistema, visando a eficiência no processo de captação, tratamento e distribuição de água;

CONSIDERANDO que a eficiência dos serviços pode ser alcançada pela delegação da execução dos serviços a uma Permissionária, que assume sob a sua integral responsabilidade o cumprimento das metas e objetivos da política municipal de saneamento, reservando o pleno controle e permanente fiscalização por parte dos Poderes constituídos, bem como da população de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, e dos órgãos de regulação e fiscalização, a serem designados; e, finalmente,

CONSIDERANDO que a deficiência do abastecimento de água já se alastra por longo tempo, se configurando como um dos problemas crônicos vivenciado pela população.

Face as considerações, o Sr. Prefeito Municipal autorizou a abertura de licitação para contratação de uma empresa operadora na forma de permissão, com fundamento nos artigos 5º e 16º Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

4. VANTAGENS DO MODELO DE PERMISSÃO

As vantagens do modelo de permissão dos serviços de abastecimento de água para o Município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - RJ:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- i. O processo de contratação é mais rápido;
- ii. A rescisão por interesse público, seja por caducidade ou encampação, é sumária pois o contrato é precário;
- iii. O controle da política de saneamento, representado pela tarifa, pelo plano de investimentos e pelos parâmetros de qualidade do serviço, ficam sob total controle do Município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - RJ (Poder Concedente) com total flexibilização para serem alterados;
- iv. O equilíbrio econômico - financeiro do contrato pode ser garantido pela tarifa ou pela alteração do valor da outorga;
- v. Garante recursos de financiamento para ampliação (o que não ocorre com o modelo de contratos de terceirização), bem como dá liberdade para o município realizar investimentos próprio (capital público);
- vi. Estimula a eficácia, tanto na operação quanto nas ampliações e melhorias, pois o lucro da Permissionária está a ela vinculado.

5. A PERMISSÃO

O modelo de Permissão é delegação da prestação dos serviços à empresa privada, através de um contrato, com base na Lei 8.987/95 e no Decreto Municipal nº2875/18, após processo licitatório. O Poder Público outorga à Permissionária o direito de explorar o serviço de água em caráter precário e de exclusividade por prazo determinado mas continua como titular dos serviços (Poder Concedente), sendo que a Permissionária os prestará em nome do Departamento de Água e Esgotamento Sanitário de São José do Vale do Rio Preto - DAES, que manterá a competência pela regulamentação, planejamento e fiscalização.

Em contrapartida a Permissionária paga ao Poder Concedente um valor definido em contrato a título de ressarcimento pelo direito de exploração comercial dos serviços. O anexo VI contém o Modelo de Permissão.

6. O PROCESSO

O processo de implementação do modelo de permissão dos serviços de água obedecerá aos passos seguintes relacionados:

- i. Preparação dos documentos de licitação;
- ii. Publicação do Edital de Licitação, contendo a justificativa e conveniência da permissão (Termo de Referência);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- iii. Elaboração das propostas pelos licitantes;
- iv. Recebimento, análise e julgamento das propostas pela comissão de licitação;
- v. Assinatura do contrato
- vi. Iniciando a permissão;
- vii. Mobilização da vencedora e início dos serviços.

7. FUNDAMENTO LEGAL

7.1 Lei nº. 8.666/93, atualizada;

7.2 Fundamento no artigo 175 da Constituição Federal, Lei Federal nº. 8.987/95, na Lei Federal nº 9.074/95, na Lei Federal nº 11.445/07, na Lei Federal nº 12.527/2011 e Lei Federal nº 12.846/2013, e Decreto Municipal nº. 2.875/2018, e as demais disposições do EDITAL.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

As LICITANTES deverão apresentar:

- i. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA do local de sua sede, com validade na data de apresentação da DOCUMENTAÇÃO;
- ii. Documento comprobatório de visita à ÁREA DE PERMISSÃO;
- iii. Demonstração da experiência anterior em serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação através de atestado(s) técnico(s) acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de acervo(s) técnico(s) (CAT) do CREA, em nome do(s) profissional(is) de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, que tenha vínculo profissional com a LICITANTE, na data de apresentação das PROPOSTAS. Os itens que serão levado em consideração para comprovação de experiência são:
 - a. Experiência em operação de sistemas de abastecimento de água;
 - b. A comprovação do vínculo do(s) profissional(is) se dará mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, ficha de Registro de Empregados ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços. ~~No~~ caso



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

de o profissional ser dirigente da LICITANTE, a comprovação de seu vínculo conforme o caso, devidamente registrados na Junta Comercial competente, que comprove a investidura de tal dirigente;

iv. Demonstração da experiência da LICITANTE, em serviços compatíveis com o objeto da licitação, através de atestado(s) técnico(s), em nome da LICITANTE. Os itens que serão levados em consideração para comprovação de experiência da LICITANTE são:

- a. Atestado(s) de capacitação técnica, fornecidos(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, registrado(s) no CREA, que comprove(m) a experiência da LICITANTE em, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano;
- b. Experiência da LICITANTE em operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, incluindo as atividades de captação, produção, reservação e distribuição de água tratada que atenda, no mínimo, 20.251 habitantes (último censo 2010);
- c. Experiência da LICITANTE em operação e manutenção do sistema de gestão comercial, incluindo as atividades de leitura de hidrômetro, faturamento, cobrança e atendimento ao público em sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que atenda, no mínimo 4.577 ligações;
- d. Para atendimento do quantitativo mínimo estabelecido neste item, será permitido o somatório de, no máximo, 03 (três) atestados.
- e. Os atestados a serem apresentados pelos LICITANTES deverão ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes do objeto atestado, devendo o atestado ser fornecido em papel timbrado do declarante, com identificação de seu representante legal e informações para eventual contato por parte da COMISSÃO. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, sem a elas se limitar as seguintes informações:

- Objeto;
- Características e descrição das atividades e serviços desenvolvidos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- Razão social do emitente;
- Nome e identificação do signatário;
- Demais informações que se entenda pertinente incluir.

Além da comprovação da capacidade técnica, compatível com as características dos sistemas de abastecimento de água do Município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ e dos documentos para habilitação previstos na Lei nº 8.666/93, deverá ser solicitado uma proposta simples, contendo exclusivamente a oferta do valor da outorga.

9. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1 O prazo de vigência do Contrato será por 05 (cinco) anos contados a partir da data de sua assinatura, conforme determina a Lei.

10. OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

10.1 São de responsabilidade da CONCEDENTE as despesas com:

- i. Investimentos de recuperação, melhoria e ampliação no sistema de abastecimento de água, que não sejam considerados como manutenção, conforme disposições do Anexo V, sendo que os mesmos poderão ser executados de forma direta (pelo Poder Concedente) ou indireta através de contrato administrativo ou do próprio Contrato de Permissão;
 - a) Desde de que expressamente autorizada pela CONCEDENTE e em obediência ao disposto nas normas legais, a PERMISSIONÁRIA poderá realizar os investimentos em recuperação, melhoria e/ou ampliação do sistema de abastecimento de água, a cargo da CONCEDENTE, caso seja de seu interesse, podendo descontar o valor dos mesmos do montante devido da diferença entre a Tarifa Pública e a Tarifa de Permissão.
 - b) A PERMISSIONÁRIA e a CONCEDENTE ficam obrigadas a manter e atestar, respectivamente, em periodicidade mensal, a contabilidade de eventuais créditos decorrentes do disposto acima.
 - c) A Permissionária deverá apresentar o objeto do investimento e a sua justificativa, acompanhada de projeto e orçamento detalhado, tendo por base a tabela EMOP RJ NÃO DESONERADA, admitindo leis sociais de 124%, e BDI de 24% (vinte e quatro por cento) e verba de projeto e gerenciamento de 6% (seis por cento).
 - d) Aprovado o projeto e orçamento a Permissionária deverá executar a obra ou serviço, cabendo à CONCEDENTE a fiscalização dos mesmos.
 - e) Concluída a obra e/ou serviço a mesma será recebida pela CONCEDENTE que atestará a sua realização, emitindo certificado, passando a ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

investimento a ser indenizado à Permissionária (INVESTIMENTO RECONHECIDO).

- ii. Os atos e ônus decorrentes de desapropriações necessárias à execução dos serviços e/ou respectiva obra, ou para instituição de servidão administrativa;
- iii. Os atos e ônus decorrentes da obtenção de outorgas e/ou licenças de uso de recursos hídricos necessários à prestação do serviço público de abastecimento de água.
- iv. Despesas de energia elétrica referentes aos poços, elevatórias de água e estações de tratamento de água.

11. OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

- 11.1 A PERMISSIONÁRIA deverá prestar o assessoramento técnico necessário, no tempo adequado, de modo que o CONCEDENTE possa cumprir com suas obrigações.
- 11.2 A responsabilidade por atos, fatos ou omissões anteriores à data da OS não serão atribuídos a PERMISSIONÁRIA, de tal forma que eventuais demandas, ações, indenizações ou pendências originadas de atos, fatos ou omissões anteriores, inclusive referentes a questões ambientais, permanecerão sob a exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ficando a PERMISSIONÁRIA isenta e desobrigada de qualquer responsabilidade neste sentido.

12. TARIFAS E PREÇOS

- 12.1 As tarifas de água, bem como os preços dos serviços complementares e a forma de reajuste foram são fixados pelo Poder Concedente, conforme a Lei Municipal nº 2081 de 24 de novembro de 2017, que integra este Termo, conforme Anexo IV.
- 12.2 A forma de reajustamento anual das tarifas de água será em conformidade com a Lei Municipal nº 2.081 de 24 de novembro de 2017 até o final de sua vigência. Após o que, deverá ser estabelecido uma nova forma de reajustamento, em observância ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato e/ou pela média aritmética da variação dos índices IPCA, IGP-M, INCC e tarifa de Energia B3, sendo a nova Tarifa Pública fixada por Lei e Preços dos Serviços Complementares podendo ser fixados por Decreto Municipal.

13. OBRIGAÇÕES E INVESTIMENTOS

- 13.1 O contrato deixa claro as obrigações e direitos tanto da Permissionária quanto do Município e dos usuários, no que tange aos aspectos gerais.
- 13.2 O Anexo V define a distinção de responsabilidade quanto aos investimentos nos sistemas de água que são do Município.
- 13.3 Detalha-se também a distinção entre manutenção (a cargo da Permissionária) e recuperação (a cargo do Município).

14. FISCALIZAÇÃO

- 14.1 A fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato serão realizados por Fiscal do contrato, a Sra. Eluá Nogueira Torres de Andrade - CREA 2015124399, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Sr. Lennon Samagaio de Souza, matrícula 2565,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

observando-se as disposições contidas no artigo 67 e parágrafos da Lei 8.666/93.

15. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

15.1 O prazo de execução será de 5 (cinco) anos, contadas a partir da data da assinatura do contrato. Será emitida Ordem de Serviços;

16. DA TAXA DE REMUNERAÇÃO

16.1 As receitas decorrentes do recolhimento da taxa de remuneração serão depositados na Conta SANEAMENTO da Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO;

17. DO VALOR MÍNIMO CONTRATUAL ESTIMADO

Para fins de estabelecer o valor mínimo estimado do contrato, considerou-se a seguinte fórmula:

Receita Total Mínima Estimada = Valor da Tarifa mínima de água x Número de Ligações

Receita Total Mínima Estimada = R\$ 21,34 x 4.577 = R\$ 97.673,18

Receita Total Mínima Estimada x “Fator K” máximo proposto

R\$ 97.673,18 x 0,945 = R\$ 92.301,15

Total Mínimo Mensal => R\$ 97.673,18 - R\$ 92.301,15 = R\$ 5.372,03

Valor Mínimo Contratual Estimado para os 5 anos (60 meses) = R\$ 5.372,03 x 60 meses

R\$ 322.321,80

18. DA GARANTIA DO CONTRATO

No ato da assinatura deste Contrato a Permissionária depositará a garantia de execução do Contrato, em qualquer das formas previstas no artigo 56 da Lei 8.666/93, no valor equivalente a 1% (um por cento) do valor do Contrato, renovado a cada ano no valor residual previsto para o Contrato, em razão do prazo remanescente. Encerrado o Contrato e cumpridas integralmente as obrigações da PERMISSONÁRIA, a garantia do contrato lhe será restituída no prazo de 30 (trinta) dias.

São José do Vale do Rio Preto, 06 de Novembro de 2018

ELUÁ NOGUEIRA TORRES DE ANDRADE
Secretária Municipal de Meio Ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II

REGULAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I - OBJETIVO

Art. 1º. Este regulamento dispõe sobre as condições técnicas e gestão comercial para a prestação do SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA do Município de SJVRP e as relações entre a PERMISSIONÁRIA e os Usuários.

Parágrafo único - A regulação e fiscalização da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA será exercida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

SEÇÃO II - TERMINOLOGIA

Art. 2º. Adota-se neste regulamento a terminologia constante das normas referentes a sistemas de água da ABNT.

SEÇÃO III - ENTIDADES RESPONSÁVEIS

Art. 3º. As entidades responsáveis pelo SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA são respectivamente:

I – Poder Concedente: O Município de São José do Vale do Rio Preto do Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de Direito Público, encarregado da fiscalização do cumprimento do Contrato de Permissão.

II – Entidade Reguladora e Fiscalizadora: ente encarregado da regulação e fiscalização da Permissão, a saber, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

III – PERMISSIONÁRIA: Empresa vencedora da Licitação, com a qual será celebrado o Contrato de Permissão, tendo por objetivo social específico a exploração da prestação de serviços de abastecimento de água, nas condições definidas no Edital e no Contrato.

SEÇÃO IV - PRINCÍPIOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Art. 4º. Os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA deverão ser prestados com observância aos seguintes princípios:

I – universalização dos serviços de abastecimento de água.

II- prestação adequada dos serviços, em prol da saúde pública e do meio ambiente;

III – adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades da ÁREA DE PERMISSÃO;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

IV – articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA seja fator determinante;

V – eficiência e sustentabilidade econômica;

VI – utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos USUÁRIOS e a adoção de soluções graduais e progressivas;

VII – transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

VIII – controle social;

IX – segurança, qualidade e regularidade;

X – integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Parágrafo único. Para fins do disposto nos incisos I a X de que trata este artigo, entende-se como serviço adequado aquele que satisfaz às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, qualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, nos moldes estipulados na legislação aplicável.

Art. 5º. A prestação dos SERVIÇOS terá como metas permanentes:

I – a satisfação dos USUÁRIOS, consistente com os padrões profissionais e a ética;

II – a melhoria contínua do serviço;

III – a devida consideração aos requisitos da sociedade e do meio ambiente;

IV – a busca contínua da eficiência.

CAPÍTULO II - REDES DISTRIBUIDORAS

Art. 6º. As redes distribuidoras serão, preferencialmente, assentadas sob o passeio público ou numa distância de até um metro do meio-fio, e excepcionalmente, em faixa de servidão.

Art. 7º. Exceto quanto às redes tratadas no Capítulo III deste regulamento, será de inteira e exclusiva responsabilidade da PERMISSIONÁRIA a manutenção nas redes distribuidoras de água, inclusive as respectivas ligações prediais, sendo também de inteira e exclusiva responsabilidade da PERMISSIONÁRIA a manutenção das redes distribuidoras que passarem a integrar o domínio público do Município.

§1º. Quando os serviços acima decorrerem de dano ocasionado pelo USUÁRIO ou quando executados por solicitação do mesmo, mas não se caracterizarem como serviços de manutenção, os custos decorrentes serão de responsabilidade do USUÁRIO. Caberá à PERMISSIONÁRIA realizar a cobrança, conforme Capítulo VIII deste Regulamento.

Art. 8º. Os órgãos da administração direta ou indireta da União, Estado ou Município custearão as despesas referentes à remoção, remanejamento ou modificação de tubulações ou outras instalações



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

dos sistemas de abastecimento de água decorrentes de obras que executarem ou que forem executadas por terceiros com sua autorização.

Art. 9º. Os hidrantes da rede distribuidora somente poderão ser operados pela PERMISSONÁRIA para manutenção da rede ou dos próprio hidrantes, ou pelo Corpo de Bombeiros para combate a incêndio, sendo que a PERMISSONÁRIA fornecerá àquela corporação todas as informações necessárias ao funcionamento dos mesmos.

Art. 10. A Entidade Fiscalizadora editará, quando necessário, normas e acorde às normas técnicas brasileiras, devendo tais normas serem obedecidas, tanto pela PERMISSONÁRIA, quanto pelos Usuários, conforme o caso.

Parágrafo único: A execução de instalações por entidades públicas ou privadas nos empreendimentos mencionados no Capítulo III deste regulamento também deverá observar o disposto no caput deste artigo.

CAPÍTULO III - LOTEAMENTOS

Art. 11. Todo projeto de loteamento, esteja ou não prevista a construção imediata de edificações, deverá ser submetido, formalmente, por seu empreendedor à PERMISSONÁRIA, cabendo-lhe pronunciar-se, especialmente, sobre as seguintes questões:

- I – se as rede do loteamento poderão ser imediatamente conectadas às redes públicas existentes;
- II - se o loteamento deverá ter sistemas independentes de abastecimento de água a serem futuramente integrados aos sistemas públicos existentes de água;
- III – se o loteamento deverá ter sistemas independentes que não serão futuramente incorporados aos sistemas públicos existentes de água.

§1º. A manifestação será feita através da expedição, pela PERMISSONÁRIA, de declaração sobre a possibilidade de abastecimento de água (DPA), além das informações necessárias quanto à necessária aprovação do loteamento pela Prefeitura e demais órgãos.

§2º. Caso a interligação seja viável, serão fornecidos os pontos e as condições para sua execução.

§3º. A medição do consumo de água em condomínio fechado será feita em um único ponto na entrada do mesmo.

§4º. O requisitante deverá recolher a taxa de Declaração de Possibilidade de Abastecimento de Água para que o serviço possa ser prestado de maneira adequada pela PERMISSONÁRIA.

Art. 12. Na hipótese prevista no inciso I, do art. 11, caberá à PERMISSONÁRIA executar as interligações das redes do empreendimento às redes dos sistemas públicos existentes, cabendo ao empreendedor requisitá-las.

§ 1º. A PERMISSONÁRIA deverá executar tais interligações dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da requisição do empreendedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

§ 2º. Em caso de serem encontrados problemas para a interligação, o requisitante deverá ser informado dentro do prazo previsto no §1º deste artigo, através de documento escrito, com os motivos e as providências a serem tomadas.

Art. 13. Na hipótese prevista no inciso II do art. 11, conforme a situação concreta verificada, ficará a cargo da PERMISSONÁRIA deliberar se a operação e manutenção dos sistemas independentes ficarão a cargo desta ou a cargo do empreendedor.

Art. 14. Em todas as hipóteses previstas nos incisos do art. 11 os sistemas que passarem a ser operados pela PERMISSONÁRIA integrarão o domínio público do MUNICÍPIO, tão logo seja concluída sua construção.

CAPÍTULO IV - LIGAÇÕES DE ÁGUA

Art. 15. É obrigatória a ligação nas redes de água de todas as edificações localizadas na área atendida pelas mesmas.

§ 1º. Os pedidos de ligação em locais onde não existam redes somente serão atendidos caso o solicitante arque com as despesas decorrentes dos prolongamentos a serem feitos nas redes excedentes a 15 (quinze) metros por ligação a ser beneficiada.

§ 2º. A PERMISSONÁRIA será responsável pelos custos dos primeiros 15 (quinze) metros de prolongamento de rede de água, para cada ligação a ser beneficiada.

§ 3º. Caso o solicitante não aceite arcar com as despesas nos termos do §1º, deverá aguardar a execução das redes pelo PODER CONCEDENTE.

Art. 16. As ligações de água, que são parte do sistema de distribuição, constituindo assim patrimônio público do PODER CONCEDENTE, têm início na tubulação distribuidora, terminando imediatamente após o cavalete, iniciando-se nesse ponto, o que se designa para fins deste regulamento como “ponto de entrega de água. A instalação predial, a partir do “ponto de entrega de água” será de responsabilidade exclusiva do USUÁRIO.

Art. 17. As ligações de água serão executadas exclusivamente pela PERMISSONÁRIA, a pedido dos interessados, desde que satisfeitas as exigências estabelecidas neste regulamento e nas normas e instruções técnicas expedidas sobre o assunto, consistindo em ligação direta das instalações prediais e/ou pontos de consumo às respectivas redes.

§ 1º. O USUÁRIO deverá apresentar no ato do pedido de ligação:

- carnê de IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, referente ao exercício financeiro corrente;
- escritura de propriedade em seu nome ou contrato particular de compra e venda do imóvel com todas as firmas reconhecidas, sendo que o alienante deverá ser o proprietário anterior, ou, documento que a substitua;
- documentos pessoais do requisitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

§ 2º. O solicitante recolherá no ato do pedido de ligação, através de guia específica, o valor correspondente ao preço do serviço.

§ 3º. As instalações que não estiverem dentro dos padrões exigidos serão notificadas pela fiscalização, que emitirá Guia de Resultado de Vistoria com a irregularidade observada, assinalando prazo para a referida regularização por parte do solicitante.

§ 4º. Nos casos em que a ligação de água não for efetivada por problemas técnicos de responsabilidade da PERMISSONÁRIA, o valor recolhido será integralmente devolvido ao solicitante.

§ 5º. Nos casos em que as instalações estiverem fora do padrão e o solicitante não efetuar os reparos no prazo estabelecidos pela fiscalização, a Ordem de Serviço será encerrada sem execução, não cabendo restituição do valor recolhido.

§ 6º. A regularização efetuada após o prazo estabelecido pela fiscalização ensejará novo pedido de ligação e, conseqüentemente, novo pagamento nos termos do §2º deste artigo.

Art. 18. As ligações somente serão efetuadas mediante identificação do endereço do imóvel.

§ 1º. Para a realização de ligações temporárias, exigir-se-á do interessado a apresentação de alvará expedido pelo Município e o recolhimento antecipado dos custos da ligação e de sua posterior remoção, bem como do valor correspondente ao consumo estimado quando não houver a instalação de hidrômetro.

§ 2º. O pedido de ligação temporária deverá ser solicitado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

§ 3º. O consumo das ligações temporárias será acompanhado e, no caso de se constatar excesso em relação ao valor de consumo estimado, será extraída nova “conta de”, e o USUÁRIO deverá recolher o valor correspondente ao novo consumo previsto.

§ 4º. Para efeito de aplicação de tarifas, o USUÁRIO de ligação temporária é enquadrado na categoria comercial.

§ 5º. Para os fins do disposto neste artigo, são exemplos de atividades temporárias: circos, canteiro de obras, parques de diversões, feiras e mostras.

Art. 19. As ligações serão cadastradas em nome do USUÁRIO responsável pelo pagamento de contas/consumo.

Parágrafo único. As ligações de água residenciais, solicitadas por interessados que habitam em áreas públicas, somente serão efetivadas após autorização expressa do PODER CONCEDENTE, e estão sujeitas às normas estabelecidas neste regulamento.

Art. 20. Qualquer interessado poderá solicitar gratuitamente à PERMISSONÁRIA informações a respeito da existência de redes ou de previsão de execução das mesmas.

Parágrafo único. Caso a informação não possa ser prestada imediatamente ao USUÁRIO, a PERMISSONÁRIA terá o prazo de até 05 (cinco) dias para sua disponibilização ao USUÁRIO.

Art. 21. Não poderá haver mais de uma ligação de água para o mesmo imóvel, independentemente do número de economias existentes, salvo nas seguintes situações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- economias não-residenciais localizadas no piso térreo de edifícios e com saída para o logradouro público onde se localizarem as redes, que deverão ter, cada uma, sua própria ligação de água;
- imóveis localizados em terrenos com frente para mais de uma via pública, que poderão ter mais de uma ligação de água, a critério da PERMISSIONÁRIA, conforme for o caso;
- situações em que, por solicitação do interessado, e desde que seja tecnicamente viável para a PERMISSIONÁRIA, serão atendidas num mesmo imóvel, mais de uma ligação na modalidade de cavalete múltiplo, observado o limite máximo de 04 (quatro);
- situações em que, a critério da PERMISSIONÁRIA, seja tecnicamente indicado que uma única ligação atenda a mais de um imóvel.

§ 1º. A ligação em cavalete múltiplo somente poderá ser solicitada pelo proprietário do imóvel que receberá as ligações.

§ 2º. A solicitação de ligação de cavalete múltiplo obedecerá ao previsto no art. 17, §1º deste regulamento.

§ 3º. A instalação de cavalete múltiplo de que trata o inciso III deste artigo somente é permitida em imóveis residenciais e comerciais.

§ 4º. As ligações para mais de uma residência num mesmo local, que não se enquadrarem nas normas para cavalete múltiplo, serão atendidas após elaboração de projeto da PERMISSIONÁRIA, realização de vistoria e constatação de condições técnicas e legais, em modalidade a ser proposta pela PERMISSIONÁRIA.

Art. 22. A definição de critérios para o dimensionamento das ligações prediais de água, em função das vazões prováveis e das demais condições técnicas, obedecerão as Normas Técnicas Brasileiras.

§ 1º. As ligações de água somente poderão ser modificadas, no todo ou em parte, por iniciativa da PERMISSIONÁRIA ou a pedido do proprietário do imóvel, em função das características reais do consumo.

§ 2º. A modificação, total ou parcial, das ligações de água, quando solicitada pelo proprietário do imóvel, será por ele custeada e será submetida à avaliação prévia de técnicos da PERMISSIONÁRIA para aprovação final.

Art. 23. Caberá à PERMISSIONÁRIA a responsabilidade pela execução ou modificação das ligações prediais e pelo fornecimento de todos os materiais componentes das mesmas, de acordo com seus padrões construtivos, às expensas do USUÁRIO.

CAPÍTULO V -INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA

Art. 24. As instalações prediais de água deverão ser executadas em conformidade com o presente regulamento, com as Normas Técnicas Brasileiras e com normas emitidas pela Entidade Reguladora e Fiscalizadora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

§1º. Toda edificação terá reservatório de água que será dimensionado de acordo com as prescrições do PODER CONCEDENTE e da PERMISSIONÁRIA, tendo em vista as condições e o regime de abastecimento local.

§2º. O projeto e a execução de reservatórios deverão atender aos seguintes requisitos de ordem sanitária: assegurar perfeita estanqueidade; utilizar materiais que não venham a prejudicar a potabilidade da água; permitir inspeção e reparos através de aberturas dotadas de bordas salientes e tampas herméticas. As bordas, no caso de reservatórios subterrâneos, terão altura mínima de 0,15m; no caso de reservatório elevado, possuir extravasor, descarregando visivelmente em área livre, dotado de dispositivo que impeça a penetração no reservatório de elementos que possam poluir a água.

§3º. Se o reservatório subterrâneo tiver de ser construído em recintos ou áreas internas fechadas, nos quais existam canalizações ou dispositivos de esgotos sanitários, deverão ali ser instalados ralos e canalizações de água pluviais, capazes de escoar qualquer refluxo eventual de esgoto sanitário.

Art. 25. A execução e a conservação das instalações prediais de água serão efetuadas pelo USUÁRIO, às suas expensas, podendo a PERMISSIONÁRIA vistoria-las para verificar sua adequação ao disposto no presente regulamento.

Art. 26. Constitui obrigação do USUÁRIO reparar na sua instalação predial de água, todos os defeitos que ocasionem perdas ou vazamentos.

Art. 27. É proibido ao USUÁRIO:

- I. conectar as instalações prediais de água em tubulações que não façam parte do sistema operado pela PERMISSIONÁRIA;
- II. executar derivação em canalizações da instalação predial de água para abastecimento de outro imóvel, mesmo de sua propriedade;
- III. usar nas instalações prediais de água quaisquer dispositivos que possam prejudicar o sistema de abastecimento de água;
- IV. usar e/ou instalar dispositivos diversos do padronizado pela PERMISSIONÁRIA no medidor de água, ficando aquele que inobservar tal preceito, sob qualquer pretexto e/ou se beneficiar disso, responsável por tudo quanto disso derivar, sob todos os aspectos e perante todos, sem prejuízo da obrigação de reparar danos e das sanções regulamentares.
- V. violar o selo do medidor de água bem como o lacre de instalação colocado no cavalete;
- VI. instalar dispositivo no ramal predial ou na instalação predial que provoque sucção na rede distribuidora.
- VII. é vedado nas instalações prediais:

§1º. A interconexão da instalação, provida com água da PERMISSIONÁRIA com canalizações alimentadas por água de outra procedência, caso em que a PERMISSIONÁRIA não responderá e nem se responsabilizará pela qualidade do produto, sendo certo que na hipótese de ocorrência da conexão vedada e, por isso, considerada clandestina, ficará aquele que se lhe der causa, para isso



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

tenha contribuído e/ou disso se beneficie, sujeito às sanções derivadas do ato, sem prejuízo de, à sua conta e risco, responde pelo mesmo nos termos normativos e sob todos os aspectos.

§2º. A derivação da instalação para suprir outro imóvel ou economia, ficando aquele que se lhe der causa, para isso tenha contribuído e/ou disso se beneficie responsável pelo ato e por ele responderá, sob todos os aspectos e perante todos, nos termos normativos.

§3º. O uso de dispositivos intercalados no alimentador predial que, de qualquer modo, prejudiquem o abastecimento público de água, ficando aquele que se lhe der causa, para isso tenha contribuído e/ou disso se beneficie responsável pelo ato e por ele responderá, sob todos os aspectos e perante a todos, nos termos normativos.

Art. 28. As edificações deverão ser providas de reservatório domiciliar de água, situado acima da laje do último pavimento, com volume mínimo igual ao consumo médio diário.

§ 1º. Além do reservatório previsto neste artigo, as edificações com mais de um pavimento, deverão ser providas de reservatório inferior, sendo o abastecimento do reservatório superior feito por instalação de bombeamento, de propriedade e responsabilidade do USUÁRIO.

§ 2º. O reservatório inferior previsto no parágrafo primeiro acima poderá ser dispensado sempre que haja condições técnicas para o abastecimento direto para o reservatório superior.

§ 3º. Os reservatórios de que trata este artigo serão projetados e construídos de modo a garantir os seguintes requisitos de ordem técnica e sanitária:

- I. perfeita estanqueidade;
- II. construção ou revestimento com materiais que não comprometam a qualidade da água;
- III. superfície interna lisa, resistente e impermeável;
- IV. possibilidade de esgotamento total;
- V. proteção contra inundações, infiltrações e penetração de corpos estranhos;
- VI. cobertura adequada;
- VII. válvula de flutuador que vede a entrada de água quando cheio;
- VIII. extravasor com diâmetro superior ao da tubulação de alimentação, desaguando em ponto perfeitamente visível;
- IX. nos reservatórios enterrados, abertura de inspeção com bordas salientes com altura de pelo menos 15 (quinze) centímetros acima do solo.

§ 4º. É proibida a passagem de tubulações de esgoto sanitário ou pluvial pela cobertura ou pelo interior dos reservatórios, bem como a existência de depósitos ou incineradores de lixo sobre os reservatórios ou a menos de 1 (um) metro destes.

§5º. A limpeza periódica dos reservatórios domiciliares é atividade que deverá ser realizada a cada 6 (seis), sob a responsabilidade e as expensas do USUÁRIO.

Art. 29. A responsabilidade da PERMISSIONÁRIA pela prestação de serviço adequado cessa no ponto de entrega da água, tal como definido no art. 16 deste regulamento, sendo de responsabilidade do USUÁRIO qualquer anormalidade que ocorra nas instalações prediais após os pontos acima mencionados, cabendo, contudo, a PERMISSIONÁRIA orientar e esclarecer o USUÁRIO quanto aos procedimentos necessários para corrigir problemas nas instalações prediais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO VI - HIDROMETRAÇÃO, MEDIÇÃO E ESTIMATIVA DOS VOLUMES

Art. 30. Todas as ligações prediais de água serão providas de medidor de água (“HIDRÔMETRO”) dimensionado pela PERMISSIONÁRIA de acordo com as características previstas para o consumo da ligação.

§ 1º. O HIDRÔMETRO será de propriedade da PERMISSIONÁRIA, cabendo a esta sua instalação, por pedido do USUÁRIO em PADRÃO DE ENTRADA que tenha sido aprovado pela PERMISSIONÁRIA com observância das normas e padrões em vigor.

§ 2º. A PERMISSIONÁRIA terá até 15 (quinze) dias úteis após solicitação do proprietário para instalação do HIDRÔMETRO, caso o PADRÃO DE ENTRADA esteja de conformidade às normas da PERMISSIONÁRIA.

§3º. A guarda do hidrômetro instalado será de responsabilidade do USUÁRIO, cabendo ao mesmo recolher a taxa de instalação de um novo hidrômetro no caso de furto, dano físico ou violação do equipamento original.

Art. 31. Para ligações hidrometradas a emissão das contas de água seguirá estrutura tarifária definida pelo PODER CONCEDENTE, para todas as categorias de uso.

Art. 32. O USUÁRIO deverá assegurar o livre acesso ao hidrômetro aos agentes comerciais credenciados pela PERMISSIONÁRIA.

Art. 33. O USUÁRIO poderá, a qualquer tempo, solicitar hidroteste no medidor instalado em sua ligação, sendo que sempre que o resultado do teste for normal, o custo do serviço será cobrado deste, de acordo com o valor de TARIFA vigente.

§ 1º. Sempre que o hidroteste apresentar resultados superiores a 5% (cinco por cento), para mais ou para menos, as contas já emitidas poderão ser alvo de revisão, baseados na média dos 06 (seis) últimos meses anteriores à ocorrência.

§ 2º. Caso o aparelho medidor não ofereça condições de realização da aferição, sua substituição será prontamente efetivada, providenciando-se a revisão das contas baseado na média dos 06 (seis) últimos consumos apurados.

CAPÍTULO VII - FATURAMENTO E COBRANÇA DO SERVIÇO

Art. 34. Os SERVIÇOS prestados pela PERMISSIONÁRIA serão remunerados pela TARIFA, de acordo com a estrutura tarifária estabelecida pelo PODER CONCEDENTE.

Art. 35. Para efeito de faturamento e cobrança, considerar-se-á, para cada ligação, a natureza da categoria de uso e número de economias servidas pela mesma, sendo as economias classificadas em “categorias de uso” de acordo com os critérios seguintes:

- I. Residencial:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- a. Economias integrantes de imóveis ocupados por entidades civis, religiosas, associações sem fins lucrativos e imóveis residenciais;
- b. Imóveis em construção (obras) durante o período de sua execução. Concluída a obra, o imóvel deverá ser classificado de acordo com a respectiva categoria de uso, perfeitamente identificada, a pedido do interessado ou ex officio;
- c. Economias integrantes de imóveis ocupados por entidades beneficentes de fins assistenciais, enquadradas segundo requisitos estabelecidos em norma própria.

II. Comercial:

- a. Economias integrantes de imóveis ocupados exclusivamente para o exercício de atividades comerciais, inclusive Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, perfeitamente identificadas, ou através do Alvará de Funcionamento;
- b. Cada imóvel ou unidade individualizada de imóvel, independentemente da natureza ou finalidade, que não se enquadre nas categorias “residencial”, “industrial” ou “pública”.

III. Pública: Economias integrantes de imóveis ocupados exclusivamente para exercício de atividades fins dos Órgãos da Administração Direta do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal e Fundações Públicas, excluídas as economias destinadas a atividades de outra natureza (comercial, Residencial ou Industrial)

IV. Industrial: Economias integrantes de imóveis ocupados exclusivamente para exercício de atividades industriais, inclusive Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, perfeitamente identificadas, ou através do Alvará de Funcionamento.

Art. 36. Aos efeitos de emissão de fatura de fornecimento dos SERVIÇOS, o volume para cálculo das tarifas das contas de água seguirá a ESTRUTURA TARIFÁRIA definida em lei, por economias por mês, para todas as categorias de uso.

Art. 37. O cálculo para emissão da fatura de fornecimento de água, no caso de impedimento de livre acesso ao HIDRÔMETRO, será feito pela média de consumo com base nos 6 (seis) últimos meses medidos, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

Art. 38. Quando não houver histórico de consumo anterior de modo a permitir a revisão da conta contestada, será utilizada média futura, ou seja, baseada na média do faturamento apurado após a troca do aparelho medidor.

Art. 39. Sempre que o consumo apurado no momento da leitura em campo apresentar divergência ou discrepância comparativamente à média verificada nos meses anteriores, a fatura será retida pelo agente comercial, encaminhada ao setor de faturamento para análise e revisão de valores, se for o caso.

Art. 40. As faturas de cobrança do SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA serão emitidas mensalmente, uma para cada ligação de água, levando em conta o estipulado nos artigos 41 e 42 a seguir, bem como o consumo de água da ligação, medido conforme disposto no Capítulo VI deste regulamento e o constante dos artigos 43 e 44.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

§ 1º. A PERMISSONÁRIA deverá oferecer ao USUÁRIO, pelo menos, 03 (três) datas distintas para vencimento da fatura de água.

§ 2º. As faturas de água discriminarão os valores correspondentes ao SERVIÇO; aos tributos devidos; bem como os SERVIÇOS COMPLEMENTARES, quando houver e demais encargos existentes cujo conhecimento deva ser dado ao USUÁRIO.

§ 3º. Quando impossível a realização de medição do consumo, as contas serão emitidas com base no consumo médio dos últimos 06 (seis) meses, sem prejuízo das sanções regulamentares.

§ 4º. Quando a conta for emitida com base no consumo médio dos últimos 06 (seis) meses, poderá ser feita compensação, para mais ou para menos, na fatura do mês seguinte, desde que verificado que o consumo real foi diverso do faturado.

§ 5º. As faturas serão entregues com antecedência não inferior a 5 (cinco) dias corridos da data do vencimento, em endereço localizado na cidade de São José do Vale do Rio Preto, informado pelo USUÁRIO à PERMISSONÁRIA.

§ 6º. Qualquer mudança de categoria do imóvel ou dos diâmetros dos ramais de derivação deverá ser requerida imediatamente pelo usuário, a fim de que o mesmo possa ter o serviço adequadamente prestado, sob pena de, não o fazendo, aplicação de multa e demais sanções previstas em lei e em atos normativos.

§ 7º. A cobrança conforme a nova categoria de consumo terá início no mês imediatamente subsequente àquele em que ocorreu a comunicação pelo USUÁRIO.

§ 8º. A ausência de comunicação imediata sobre a mudança de categoria de consumo cuja TARIFA seja inferior, não implicará compensação de valores já pagos, nem em perdão de valores já faturados.

§ 9º. A ausência de comunicação imediata pelo USUÁRIO sobre a mudança de categoria de consumo, que implique na cobrança da TARIFA mais elevada, ensejará a revisão compulsória e aplicação de multa, sem prejuízo das demais sanções legais.

Art. 41 As tarifas do SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA serão reajustadas de acordo com o critério estabelecido no Contrato.

Art. 42. Quando a ligação servir várias economias da mesma categoria de uso, o volume a ser considerado será o somatório dos volumes daquelas economias e o valor da tarifa será o da referida categoria, considerando a tarifa básica por economia.

Art. 43. Quando a ligação servir a várias economias de diferentes categorias de uso, o volume mínimo a ser considerado será o somatório dos valores daquelas economias e o valor da fatura de fornecimento será calculado considerando-se os volumes e as tarifas de cada uma das categorias, considerando a tarifa básica para cada economia de acordo com sua categoria.

Art. 44. A PERMISSONÁRIA poderá firmar contratos de prestação do serviço com USUÁRIOS em condições especiais.

Art. 45. Os USUÁRIOS que não fizerem o pagamento das faturas de água até a data estipulada para seu vencimento estão sujeitos ao pagamento desta acrescido de multa e juros de mora nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

termos dos artigos 203, 204 e 205 da Lei Municipal nº 106, de 26 de dezembro de 1990, alterado pela Lei Municipal nº 2.032, de 26 de dezembro de 2016.

Art. 46. A PERMISSONÁRIA poderá efetuar a interrupção do fornecimento de água aos USUÁRIOS inadimplentes, conforme disposto no art. 56 e seguintes deste regulamento, bem como cobrar os serviços necessários para a sua interrupção e restabelecimento, respectivamente, conforme o caso.

§ 1º. A ligação cujo fornecimento foi suspenso e cujos débitos não foram regularizados estará sujeita a supressão, nos termos e no prazo legal, e seus débitos serão objeto de cobrança judicial, sem prejuízo de inscrição dos devedores nos cadastros de serviços de proteção ao crédito.

Art. 47. O fornecimento suspenso por falta de pagamento deverá ser restabelecido dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da comprovação do pagamento junto à PERMISSONÁRIA.

§ 1º. Na hipótese de parcelamento, o prazo a que se refere o caput deste artigo será contado a partir da comprovação do pagamento da primeira parcela devida.

§ 2º. Quando realizado o parcelamento da dívida do USUÁRIO, o não pagamento de quaisquer das parcelas ajustadas importará no vencimento antecipado de todas as demais, facultando à PERMISSONÁRIA a realização de novo corte.

Art. 48. A PERMISSONÁRIA poderá, a seu exclusivo critério, parcelar em até 12 (doze) prestações mensais os débitos de um mesmo USUÁRIO, utilizando-se dos critérios constantes no art. 45 deste regulamento.

§ 1º. Nos casos previstos neste artigo, o pedido de parcelamento deverá ser efetuado pelo USUÁRIO cadastrado, munido de seus documentos pessoais originais.

Art. 49. Nenhum USUÁRIO, independentemente da categoria de uso ou de qualquer outro critério, estará isento do pagamento das faturas mensais de água.

Art. 50. Além da cobrança das tarifas do SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, a PERMISSONÁRIA poderá cobrar por outros tipos de serviços prestados, desde que relacionados com suas atividades, e obedecendo aos valores definidos no CONTRATO.

Art. 51. Para as categorias residencial e comercial, no caso de vazamento interno cujo consumo ultrapassar em 100% (cem por cento) da média dos últimos 06 (seis) períodos medidos, as contas poderão ser objeto de revisão, em até duas contas sequenciais, revisão essa baseada também na média de consumos dos últimos 06 (seis) meses anteriores ao vazamento, desde que o USUÁRIO assuma o compromisso de repará-lo.

Parágrafo único. O compromisso de que trata este artigo deverá ser feito por escrito e assinado pelo USUÁRIO, contendo todos os dados de identificação deste e do imóvel, bem como deverá ser fixado prazo para o reparo, que não poderá ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 52. Para gozar do benefício disposto no artigo anterior, o USUÁRIO deverá comunicar a PERMISSIONÁRIA imediatamente após a constatação do vazamento, que enviará um técnico para a devida comprovação das instalações avariadas.

Art. 53. Caso o reparo não seja efetuado dentro do prazo firmado no compromisso assinado, os eventuais abatimentos concedidos deverão ser novamente debitados do USUÁRIO nas próximas 02 (duas) contas, sendo que este não fará jus a novo abatimento em razão do mesmo vazamento.

Parágrafo único. A ocorrência da situação prevista neste artigo não desonera o USUÁRIO de efetuar o reparo no vazamento, sujeitando-o às demais cominações legais.

Art. 54. O serviço de fornecimento de água poderá ser suspenso a pedido do USUÁRIO e dentro do ano civil, por até 90 dias, sendo que neste período estará suspensa a cobrança da tarifa mínima. Após este prazo o serviço deverá ser restabelecido e a cobrança da TARIFA normalizada.

Parágrafo único. Para as solicitações de suspensão de fornecimento com prazos superiores a 90 (noventa) dias, o serviço de abastecimento de água deverá ser cancelado, com fechamento de rede, retirada de cavalete e do HIDRÔMETRO, sendo que o restabelecimento dar-se-á somente através de novo pedido de ligação, dentro do procedimento previsto neste regulamento.

CAPÍTULO VIII - SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Art. 55. A PERMISSIONÁRIA está autorizada a cobrar TARIFA dos USUÁRIOS pela realização de SERVIÇOS COMPLEMENTARES conforme lista constante do Anexo Único deste Regulamento.

Parágrafo Único. A prestação de SERVIÇOS COMPLEMENTARES deverá obedecer aos objetivos e princípios fixados neste regulamento.

CAPÍTULO IX - INTERRUÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 56. Cabe à PERMISSIONÁRIA efetuar a prestação dos SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA de forma regular. Poderá a referida prestação, entretanto, ser interrompida quando verificado o que se segue:

- I. situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;
- II. necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;
- III. negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;
- IV. manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e
- V. inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas e seu restabelecimento deverão ser previamente comunicadas à ENTIDADE FISCALIZADORA e aos USUÁRIOS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

Art. 57. Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com a PERMISSONÁRIA, mediante celebração de Contrato específico.

Art. 58. Nos casos de eventos anormais que ensejem declaração de situação de emergência ou de calamidade pública ou nos casos de anormalidade do abastecimento por motivo de força maior, a PERMISSONÁRIA poderá estabelecer planos de racionamento, que deverão ser submetidos à aprovação da ENTIDADE FISCALIZADORA, no intuito de reduzir as possíveis consequências.

§ 1º. Nos casos dos planos de racionamento previstos neste artigo, a PERMISSONÁRIA deverá contemplar, prioritariamente: hospitais, postos de saúde, escolas, asilos, orfanatos, creches, delegacias, presídios, instituições destinadas a menores infratores e similares.

§ 2º. Poderão ser impostas, em conjunto com o plano de racionamento, normas de restrição ao consumo de água, incluindo a imposição de penalidades aos infratores de tais normas, penalidades que poderão incluir a interrupção do fornecimento de água.

CAPÍTULO X - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES AOS USUÁRIOS

Art.59. Constituem infrações, sujeitas ao corte no fornecimento, bem como ao pagamento de multas, que são direitos da PERMISSONÁRIA, os seguintes atos praticados:

- I – Intervenção nas instalações dos Sistemas Públicos de Água que possam afetar a eficiência dos serviços;
- II – Instalação hidráulica predial de água ligada à rede pública interligada com abastecimento de água alimentada por outras fontes;
- III – Derivação do ramal predial antes do hidrômetro (by pass);
- IV – Danificação propositada, inversão ou supressão do hidrômetro;
- V – Ligação clandestina de água;
- VI – Instalação de bomba ou quaisquer dispositivos no ramal predial ou na rede de distribuição;
- VII – Restabelecimento irregular do abastecimento de água em ligações cortadas no cavalete;
- VIII – Intervenção indevida no ramal e rede de abastecimento;
- IX – Impedimento voluntário à promoção da leitura do hidrômetro ou à execução de serviços de manutenção do cavalete e hidrômetro pela prestadora de serviços;
- X – Desperdício aparente de água;
- XI – Violação do lacre de proteção do cavalete e do hidrômetro;
- XII – Interligação de instalações prediais de água em imóveis de terceiros;

Parágrafo único. É vedada a instalação de equipamento nas adjacências do hidrômetro, inclusive na instalação predial, que influencie nas condições metrológicas no equipamento, sem que o seja atendido o subitem 9.4 da Portaria N° 246/2000 do INMETRO, que determina: “Qual quer dispositivo adicional, projetado para ser instalado adjunto ao hidrômetro, deve ser submetido à



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

apreciação por parte do INMETRO, com vistas a verificar se o mesmo influencia o desempenho metrológico do medidor.”

Art.60. Além de outras penalidades previstas neste Regulamento, o cometimento de qualquer infração enumerada no artigo anterior sujeitará o infrator ao pagamento de multa à Permissionária.

| INFRAÇÃO | MULTA (UNIF-SJ) |
|--|--------------------|
| Ligação clandestina água | 20 |
| Derivação de ramal (by-pass) | 20 |
| Retirar, danificar, violar ou inverter o hidrômetro | 20 |
| Violação de lacre do Hidrômetro | 02 |
| Intervenção indevida no ramal | 10 |
| Fornecer água à terceiros | 08 |
| Instalar dispositivo de sucção no ramal | 20 |
| Impedir acesso de funcionários do serviço público | 02 |
| Intervenção indevida nas redes de água | 10 |
| Desperdício aparente de água | 02 |
| Misturar água de outra fonte à água do serviço público | 10 |
| Restabelecimento irregular do abastecimento de água em ligações cortadas | 06 |

Obs: UNIF-SJ = Unidade Fiscal de São José do Vale do Rio Preto

Art.61. Verificado pelo prestador de serviços, através de inspeção, que, em razão de artifício ou de qualquer outro meio irregular ou, ainda, da prática de violação nos equipamentos e instalações de medição, tenham sido faturados volumes inferiores aos reais, ou na hipótese de não ter havido qualquer faturamento, este adotará os seguintes procedimentos:

I – lavratura de “Termo de Ocorrência de Irregularidade”, número sequencialmente, em formulário próprio do prestador de serviços, com as seguintes informações:

- Identificação do usuário;
- Endereço da unidade usuária;
- Número de conta da unidade usuária;
- Atividade desenvolvida;
- Tipo de medição;
- Identificação e leitura do hidrômetro;
- Selos e/ou lacres encontrados;
- Descrição detalhada do tipo de irregularidade, de forma que a mesma fique perfeitamente caracterizada, com a inclusão de fotos e outros meios que possam auxiliar nesta identificação;
- Assinatura do responsável pela unidade usuária, ou na sua ausência, do usuário presente e sua respectiva identificação; e
- Identificação e assinatura do empregado ou preposto responsável da Permissionária;

II – uma via do “Termo de Ocorrência de Irregularidade” será entregue ao usuário, que deve conter as informações que possibilite ao usuário ingressar com recurso junto à Permissionária;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

III – caso haja recusa no recebimento do “Termo de Ocorrência de Irregularidade”, o fato será certificado no verso do documento, que será remetido posteriormente pelo correio ao responsável pela unidade usuária, mediante aviso de recebimento (AR).

IV – efetuar, quando pertinente, o registro da ocorrência junto à delegacia de polícia civil requerer os serviços de perícia técnica do órgão responsável, vinculado à segurança pública ou do órgão metrológico oficial para a verificação do medidor;

V – proceder à revisão do faturamento com base nas diferenças entre os valores apurados por meio de um dos seguintes critérios e os efetivamente faturados:

- a) Aplicação de fator de correção, determinado a partir da avaliação técnica do erro de medição;
- b) Na impossibilidade do emprego do fator de correção, identificação do maior valor de consumo ocorrido em até 12 (doze) ciclos completos de faturamento de medição normal, imediatamente anteriores ao início da irregularidade; ou
- c) No caso de inviabilidade de aplicação dos critérios previstos nas alíneas “a” e “b”, o valor do consumo será determinado através de estimativa com base nas instalações da unidade usuária e nas atividades nela desenvolvidas

VI – efetuar, quando pertinente, na presença da autoridade policial ou agente designado, do usuário ou de seu representante legal ou, na ausência destes dois últimos, de 2 (duas) testemunhas sem vínculo com o prestador de serviços, a retirada do hidrômetro, que deverá ser colocado em invólucro lacrado, devendo ser preservado nas mesmas condições encontradas até o encerramento do processo em questão ou até a lavratura de laudo pericial por órgão oficial.

Parágrafo único. Comprovado pelo prestador de serviços ou a partir de provas documentais fornecidas pelo novo usuário, que o início da irregularidade ocorreu em período não atribuível ao responsável pela unidade usuária, o atual usuário somente será responsável pelas diferenças de volumes de água e de esgoto excedentes apuradas no período sob sua responsabilidade, e sem aplicação do disposto de multa, exceto nos casos de sucessão comercial e/ou hereditária.

Art. 62. Nos casos referidos no artigo anterior, após a interrupção dos serviços, se houver religação à revelia do prestador de serviços, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

I – se, após a eliminação da irregularidade, mas sem o pagamento das multas, verificarem-se diferenças de consumo e serviços, será aplicado sobre o valor líquido da primeira fatura emitida após a constatação da religação, o maior valor obtido entre os seguintes critérios:

- a) O valor equivalente ao serviço de religação de urgência;
- b) 20 % (vinte por cento) do valor líquido da respectiva fatura.

II – se após 30 (trinta) dias o usuário não regularizar sua situação junto ao prestador de serviços, ou seja, o pagamento da multa, diferença de consumo e serviços, os valores serão incluídos na próxima fatura para o pagamento.

Parágrafo único. Sem prejuízo da suspensão dos serviços, aplicável em qualquer religação à revelia, os procedimentos referidos neste artigo não poderão ser empregados em faturamentos posteriores à data da constatação da irregularidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Art.63. É assegurado ao infrator o direito de recorrer à Permissionária, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do dia subsequente ao recebimento do auto de infração

§ 1º Da decisão cabe recurso ao Poder Concedente no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão da Permissionária.

§ 2º Durante a apreciação do recurso pelo prestador ou pelo Poder Concedente, não haverá suspensão da prestação do serviço em função da matéria sob apreciação.

Art.64. O prestador notificará a autoridade competente quando identificar, em imóveis atendidos com rede pública de distribuição de água, a existência de fonte alternativa de abastecimento em desacordo com legislação pertinente.

CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 65. A PERMISSIONÁRIA manterá em todos os seus locais de atendimento exemplares do presente regulamento para consulta dos interessados, fornecendo cópias aos mesmos a custo limitado ao de sua reprodução gráfica.

Art. 66. Compete à ENTIDADE FISCALIZADORA dirimir, em âmbito administrativo, eventuais divergências entre os prestadores de serviço, USUÁRIOS ou terceiros, oriundas da aplicação do presente regulamento.

Art.67. Os imóveis utilizados pela administração municipal serão isentos de cobrança de tarifa de água.

São José do Vale do Rio Preto, 06 de Novembro de 2018

ELUÁ NOGUEIRA TORRES DE ANDRADE
Secretária Municipal de Meio Ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 2.901/2018
PREÇOS DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES:

Os serviços complementares de demais direitos de cobrança serão conforme a tabela abaixo.

| TABELA DE SERVIÇOS COM PREÇOS ATUALIZADOS | UNIF-SJ | 2018 |
|--|-----------------|--------------|
| TIPOS DE SERVIÇOS | | R\$ |
| Aferição de hidrômetro - (m³) | 1,5 | R\$ 80,03 |
| Aferição de hidrômetro demais medidas | 2 | R\$ 106,70 |
| Análise de água bacteriológica | 1 | R\$ 53,35 |
| Análise de água físico química | 5 | R\$ 266,75 |
| Certidão para habite-se (água) | 0,36 | R\$ 19,21 |
| Certidão negativa de tarifa | 0,3 | R\$ 16,01 |
| Certidão técnica de padrão | 2 | R\$ 106,70 |
| Conserto no cavalete | 1,61 | R\$ 85,89 |
| Desligamento do ramal de água a pedido | 2,2 | R\$ 117,37 |
| DPA (Declaração para Possibilidade de Abastecimento) - Unifamiliar | 0,36 | R\$ 19,21 |
| DPA (Declaração para Possibilidade de Abastecimento) - Empreendimentos | 1,61 | R\$ 85,89 |
| Emissão de 2ª via ou extrato | 0,1 | R\$ 5,34 |
| Remanejamento de ramal de água | 7,95 | R\$ 424,13 |
| Revisão de leitura | 1 | R\$ 53,35 |
| Revisão de cadastro | 1,61 | R\$ 85,89 |
| Revisão de consumo | 1,61 | R\$ 85,89 |
| Solicitação pipa - TERCEIROS (M³) | DOBRO DA TARIFA | |
| Solicitação pipa - USUÁRIOS (M³) | TARIFA | |
| Substituição de registro | 1,61 | R\$ 85,89 |
| INSTALAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETRO | | |
| Diâmetro 3/4" | 2,42 | R\$ 129,11 |
| Diâmetro 1" | 4,84 | R\$ 258,21 |
| Diâmetro 1 1/2" | 8,07 | R\$ 430,53 |
| Diâmetro 2 | 14,53 | R\$ 775,18 |
| Diâmetro 3 | 17,6 | R\$ 938,96 |
| Diâmetro 4 | 23,85 | R\$ 1.272,40 |
| LIGAÇÃO NOVA OU DESMEMBRAMENTO DE ÁGUA | | |
| Diâmetro 3/4" - Residencial | 8,5 | R\$ 453,48 |
| Diâmetro 3/4" - Comercial e Industrial | 8,5 | R\$ 453,48 |
| Diâmetro 1" | 17,6 | R\$ 938,96 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

| | | |
|--|-------|--|
| Diâmetro 1 1/2" | 23,85 | R\$ 1.272,40 |
| Diâmetro 2 | 31,2 | R\$ 1.664,52 |
| Diâmetro 3 | 64,7 | R\$ 3.451,75 |
| Diâmetro 4 | 84,52 | R\$ 4.509,14 |
| LIGAÇÃO PROVISÓRIA | | LNA + CONSUMO ESTIMADO + DESLIGAMENTO |
| PADRONIZAÇÃO COM INSTALAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETRO | | |
| Diâmetro 3/4" | 6,46 | R\$ 344,64 |
| Diâmetro 1" | 8,88 | R\$ 473,75 |
| Diâmetro 1 1/2" | 12,11 | R\$ 646,07 |
| Diâmetro 2 | 18,57 | R\$ 990,71 |
| REDIMENSIONAMENTO DE RAMAL DE ÁGUA | | |
| Diâmetro 1/2" para 3/4" | 12,11 | R\$ 646,07 |
| Diâmetro 3/4" para 1" | 14,53 | R\$ 775,18 |
| Diâmetro 3/4" para 1 1/2" | 14,53 | R\$ 775,18 |
| Diâmetro 3/4" para 2" | 22,6 | R\$ 1.205,71 |
| RELIGAÇÃO DE ÁGUA | | |
| RELIGAÇÃO NO HIDRÔMETRO | 1,45 | R\$ 77,36 |
| RELIGAÇÃO NO RAMAL/REDE | 2,2 | R\$ 117,37 |

Serviços Complementares

- (1) A ligação de água inclui ramal, padrão e hidrômetro
- (2) O remanejamento ou substituição de ramal a pedido do usuário equivale à uma nova ligação.
- (3) A religação para ligação suprimida, seja a pedido ou que tenha sido cortada no ramal, equivale à uma nova ligação.
- (4) Limite para extensão de rede de água 15 metros e de ramal é de 10 metros
- (5) Serviços de abastecimento por pipa



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III

CRITÉRIOS DE SERVIÇO ADEQUADO

Os critérios e parâmetros que definem o serviço adequado são os indicados na sequência, os quais deverão nortear as ações da Permissionária e da Concedente, tanto na prestação do serviço quanto na operação, manutenção, ampliação, recuperação e/ou melhoria do sistema de abastecimento de água.

A Permissionária deverá elaborar e disponibilizar as informações necessárias ao acompanhamento e avaliação, incluindo informações técnicas, comerciais, administrativas e contábeis referentes ao serviço, conforme definições e orientações futuras do ente fiscalizador.

1. CRITÉRIOS DE SERVIÇO ADEQUADO

O Plano de Metas visa definir o nível de qualidade do serviço prestado ao longo do tempo, sendo constituído por indicadores de serviços, com base nos parâmetros definidores do serviço adequado quanto às condições de continuidade, generalidade, regularidade, atualidade, eficiência, segurança e cortesia, conforme Lei 8.987/95.

O critério de continuidade pressupõe que o serviço público deve ser prestado de forma contínua e que toda e qualquer descontinuidade da atividade, total ou parcial, deve ser registrada e notificada pela Permissionária à fiscalização e ao órgão de Vigilância Sanitária, respeitadas as disposições regulamentadas relativas à suspensão do serviço. Não há um indicador para este critério, sendo o mesmo avaliado pela obediência às disposições do mesmo.

A condição de generalidade pressupõe a disponibilidade do serviço público de abastecimento de água a todo o domicílio urbano, na área atendida pela Permissionária, sendo avaliado pelos Indicadores de Atendimento com Água (IAA).

A condição de atualidade pressupõe a garantia de que a capacidade dos sistemas de abastecimento de água seja adequada para o atendimento à demanda por serviços. Será avaliada pelo Índice de Micromedicação (IM), bem como pelas condições do sistema de produção de água com capacidade instalada que atenda a demanda projetada para o quinquênio seguinte, demanda calculada pelo consumo médio de 196 l/hab/dia, considerando a população flutuante e acrescida das perdas no sistema de distribuição.

A condição de segurança pressupõe a garantia da segurança patrimonial dos bens que compõem o sistema público de abastecimento de água, bem como da segurança de funcionários e terceiros, devendo o Permissionária fazer a cobertura por seguro dos bens do sistema público de água sob sua responsabilidade, bem como realizar suas atividades atendendo as recomendações e exigências das normas relativas à segurança do trabalho, condições que serão avaliadas periodicamente pela fiscalização.

A condição de cortesia no atendimento ao usuário pressupõe um atendimento ágil e objetivo na solução do problema do usuário (solicitação ou reclamação), com cortesia e mínimo tempo de espera, sendo avaliada através do Indicador de Eficiência no Atendimento (IEA), considerando como prazo máximo para atendimento os especificados no quadro abaixo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Quadro – Prazos máximos para execução dos serviços complementares:

| SERVIÇO | DIAS ÚTEIS |
|--|------------|
| Análise da viabilidade da ligação | 5 |
| Execução, relocação ou substituição de Ramal | 10 |
| Extensão adicional de rede ou ramal | 30 |
| Conserto ou Desobstrução de ramal | 2 |
| Aferição ou substituição de hidrômetro | 10 |
| Fornecimento de Água por Pipa | 2 |
| Vistoria de instalação domiciliar | 7 |
| Religação de água cortada | 1 |

Além das condições acima especificadas a Permissionária deve atender a condição de qualidade da água distribuída, a qual deverá ser certificada por ensaios que acusem o atendimento às normas dos órgãos competentes, na quantidade e periodicidade requeridas pelas mesmas. No caso de avaliação da qualidade como “não conformidade”, a causa deverá ser identificada e a Permissionária deverá estabelecer em conjunto com os demais agentes envolvidos o programa de ações para sanar o problema, incluindo neste, o respectivo prazo e responsabilidade relativa a cada ação.

A Permissionária deve paralisar a operação do sistema de abastecimento de água se tal ação for necessária para resguardar a integridade do patrimônio público ou de pessoas, devendo a paralisação ser registrada e previamente informada à fiscalização e usuários, excetuando-se os casos de emergência o qual deve ser registrado posteriormente com o detalhamento dos motivos justificadores da paralisação.

2. INDICADORES DE SERVIÇO ADEQUADO

Os indicadores de serviço adequado são calculados pelas fórmulas abaixo:

- Índice de Atendimento com Água..... $IAA = EA / ET$
- Índice de Micromedição..... $IM = (EM / EA) / 0,98$
- Índice de Eficiência no Atendimento..... $IEA = [1 - XT/(90.X)] / 0,98$
- Índice de Inadimplência..... $IA = (RA/RF) \times 100$

Os significados das variáveis das fórmulas acima são:

- E_A = Total de Economias do Sistema de Água (ativas, inativas).
- E_M = Economias de água micromedidas
- E_T = Total de domicílios urbanos do município, na área atendida pela Permissionária (vide obs. 1).
- X = Quantidade de eventos de atendimento dos últimos 3 meses.
- XT = Quantidade de eventos que nos últimos 3 meses o prazo para execução do serviço solicitado tenha ultrapassado o prazo máximo definido.
- RA = Receita Arrecadada
- RF = Receita Faturada



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Observações:

1- Considerar apenas os imóveis situados na área de atendimento da Permissão e que estejam edificadas, deduzidos os que não foram atendidos devido à falta de interesse comprovada do usuário, ou por razões cobertas por regulamento, ou ainda por estar no prazo especificado para realizar a ligação, conforme tabela de prazos dos serviços complementares. No caso dos indicadores de Atendimento (IAA), não serão considerados ainda os imóveis em área que não atenda a Densidade Mínima, entendida está como sendo uma ligação para cada 25 metros no caso do IAA.

3 - PLANO DE METAS

As metas quantitativas e temporais de atendimento com água são as constantes do quadro abaixo. Estas metas são orientativas para que a Permissionária possa desenvolver o Plano de Investimentos, a ser aprovado e implementado pela PMSJVRP.

Plano de Metas

| Indicador | Atual | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 |
|-------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Índice de atendimento com água | 86% | 87% | 88% | 89% | 90% | 91% |
| Índice de Micromedicação | 80% | 85% | 88% | 90% | 92% | 94% |
| Índice de Eficiência no Atendimento | ND | 70% | 80% | 85% | 90% | 100% |
| Índice de Inadimplência | 51% | 30% | 20% | 10% | 10% | 10% |

* Base: Agosto/2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO IV
POLÍTICA TARIFÁRIA

1. TARIFA DE ÁGUA:

A Tarifa do serviço público de abastecimento de água, quando medida por hidrômetro, serão as definidas no quadro abaixo, com data base de Jan/18. Não incide ISSQN sobre a tarifa de abastecimento de água.

TABELA DE TARIFAS

UNIF - SJ (2018) - R\$ 53,35

| CATEGORIA RESIDENCIAL | | | |
|---|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| FAIXAS DE COBRANÇA MENSAL (m³) | UNIF- SJ a partir de 01/2018 | UNIF- SJ a partir de 01/2019 | UNIF- SJ a partir de 01/2020 |
| De 0 a 10 | 0,40 | 0,50 | 0,60 |
| De 11 a 20 | 0,60 | 0,75 | 0,90 |
| De 21 a 50 | 1,00 | 1,25 | 1,50 |
| De 51 a 100 | 1,20 | 1,50 | 1,80 |
| Acima de 101 | 1,80 | 2,25 | 2,70 |

| CATEGORIA COMERCIAL | | | |
|---|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| FAIXAS DE COBRANÇA MENSAL (m³) | UNIF- SJ a partir de 01/2018 | UNIF- SJ a partir de 01/2019 | UNIF- SJ a partir de 01/2020 |
| De 0 a 20 | 0,80 | 1,00 | 1,20 |
| De 21 a 35 | 1,20 | 1,50 | 1,80 |
| De 36 a 50 | 2,40 | 3,00 | 3,60 |
| De 51 a 100 | 2,40 | 3,00 | 3,60 |
| Acima de 101 | 3,00 | 3,75 | 4,80 |

| CATEGORIA INDUSTRIAL | | | |
|---|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| FAIXAS DE COBRANÇA MENSAL (m³) | UNIF- SJ a partir de 01/2018 | UNIF- SJ a partir de 01/2019 | UNIF- SJ a partir de 01/2020 |
| De 0 a 20 | 1,00 | 1,25 | 1,50 |
| De 21 a 50 | 1,20 | 1,50 | 1,80 |
| De 51 a 100 | 1,40 | 1,75 | 2,10 |
| Acima de 101 | 2,80 | 3,50 | 4,20 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

| CATEGORIA PÚBLICA | | | |
|---------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| FAIXAS DECOBRANÇA MENSAL (m³) | UNIF- SJ a partir de 01/2018 | UNIF- SJ a partir de 01/2019 | UNIF- SJ a partir de 01/2020 |
| De 0 a 20 | 0,20 | 0,25 | 0,30 |
| Acima de 101 | 0,60 | 0,75 | 0,90 |

2. PREÇOS DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES:

Os serviços complementares de demais direitos de cobrança serão conforme a tabela abaixo.

| TABELA DE SERVIÇOS COM PREÇOS ATUALIZADOS | UNIF-SJ | 2018 |
|--|--------------------|------------|
| TIPOS DE SERVIÇOS | | R\$ |
| Aferição de hidrômetro - (m³) | 1,5 | R\$ 80,03 |
| Aferição de hidrômetro demais medidas | 2 | R\$ 106,70 |
| Análise de água bacteriológica | 1 | R\$ 53,35 |
| Análise de água físico química | 5 | R\$ 266,75 |
| Certidão para habite-se (água) | 0,36 | R\$ 19,21 |
| Certidão negativa de tarifa | 0,3 | R\$ 16,01 |
| Certidão técnica de padrão | 2 | R\$ 106,70 |
| Conserto no cavalete | 1,61 | R\$ 85,89 |
| Desligamento do ramal de água a pedido | 2,2 | R\$ 117,37 |
| DPA (Declaração para Possibilidade de Abastecimento) - Unifamiliar | 0,36 | R\$ 19,21 |
| DPA (Declaração para Possibilidade de Abastecimento) - Empreendimentos | 1,61 | R\$ 85,89 |
| Emissão de 2ª via ou extrato | 0,1 | R\$ 5,34 |
| Remanejamento de ramal de água | 7,95 | R\$ 424,13 |
| Revisão de leitura | 1 | R\$ 53,35 |
| Revisão de cadastro | 1,61 | R\$ 85,89 |
| Revisão de consumo | 1,61 | R\$ 85,89 |
| Solicitação pipa - TERCEIROS (M³) | DOBRO DA TARIFA | |
| Solicitação pipa - USUÁRIOS (M³) | TARIFA | |
| Substituição de registro | 1,61 | R\$ 85,89 |
| INSTALAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETRO | | |
| Diâmetro 3/4" | 2,42 | R\$ 129,11 |
| Diâmetro 1" | 4,84 | R\$ 258,21 |
| Diâmetro 1 1/2" | 8,07 | R\$ 430,53 |
| Diâmetro 2" | 14,53 | R\$ 775,44 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

| | | |
|--|-------|--|
| Diâmetro 3 | 17,6 | R\$ 938,96 |
| Diâmetro 4 | 23,85 | R\$ 1.272,40 |
| LIGAÇÃO NOVA OU DESMEMBRAMENTO DE ÁGUA | | |
| Diâmetro 3/4" - Residencial | 8,5 | R\$ 453,48 |
| Diâmetro 3/4" - Comercial e Industrial | 8,5 | R\$ 453,48 |
| Diâmetro 1" | 17,6 | R\$ 938,96 |
| Diâmetro 1 1/2" | 23,85 | R\$ 1.272,40 |
| Diâmetro 2 | 31,2 | R\$ 1.664,52 |
| Diâmetro 3 | 64,7 | R\$ 3.451,75 |
| Diâmetro 4 | 84,52 | R\$ 4.509,14 |
| LIGAÇÃO PROVISÓRIA | | LNA + CONSUMO ESTIMADO + DESLIGAMENTO |
| PADRONIZAÇÃO COM INSTALAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETRO | | |
| Diâmetro 3/4" | 6,46 | R\$ 344,64 |
| Diâmetro 1" | 8,88 | R\$ 473,75 |
| Diâmetro 1 1/2" | 12,11 | R\$ 646,07 |
| Diâmetro 2 | 18,57 | R\$ 990,71 |
| REDIMENSIONAMENTO DE RAMAL DE ÁGUA | | |
| Diâmetro 1/2" para 3/4" | 12,11 | R\$ 646,07 |
| Diâmetro 3/4" para 1" | 14,53 | R\$ 775,18 |
| Diâmetro 3/4" para 1 1/2" | 14,53 | R\$ 775,18 |
| Diâmetro 3/4" para 2" | 22,6 | R\$ 1.205,71 |
| RELIGAÇÃO DE ÁGUA | | |
| RELIGAÇÃO NO HIDRÔMETRO | 1,45 | R\$ 77,36 |
| RELIGAÇÃO NO RAMAL/REDE | 2,2 | R\$ 117,37 |

Serviços Complementares

- (1) A ligação de água inclui ramal, padrão e hidrômetro
- (2) O remanejamento ou substituição de ramal a pedido do usuário equivale à uma nova ligação.
- (3) A religação para ligação suprimida, seja a pedido ou que tenha sido cortada no ramal, equivale à uma nova ligação.
- (4) Limite para extensão de rede de água 15 metros e de ramal é de 10 metros
- (5) Serviços de abastecimento por pipa



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO V

DISTINÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS INVESTIMENTOS

1. EQUIPAMENTOS E CONJUNTOS MOTO-BOMBA DE RECALQUE

- a) Conserto ou troca de conjunto moto-bomba ou equipamentos devido a desgaste normal de uso: Definido como uma “recuperação” a cargo do Município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ, se o conjunto moto-bomba tiver data de fabricação 5 (cinco) anos antes da assunção dos serviços pela Permissionária. Se tiver sido instalada entre o limite de data anterior e a data da assunção dos serviços pela Permissionária, o custo será rateado pelo Município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ e a Permissionária, em função do tempo de uso pela Permissionária. Se instalada após a data de assunção da Permissionária será uma “manutenção” a cargo da Permissionária.
- b) Conserto ou troca do conjunto moto-bomba ou equipamentos devido a falhas na operação: Será “manutenção” a cargo da Permissionária.
- c) Conserto ou troca do conjunto moto-bomba ou equipamentos devido à falta ou falha de dispositivo (elétrico ou hidráulico) de proteção: No caso de “falta” de dispositivo, será uma “recuperação”, a cargo do Município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ, dado que dispositivos de proteção fazem parte do sistema de abastecimento de água. No caso de “falha” do dispositivo será uma “manutenção” a cargo da Permissionária.
- d) Troca do conjunto moto-bomba por outro de maior capacidade: Será uma “ampliação” a cargo do Município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ.

2. DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO OU CONTROLE DE EQUIPAMENTOS (inclui painéis, chaves, válvulas de retenção, sistemas de automatização, para raios etc.)

- a) Implantação (Colocação) de novos dispositivos: Será uma “melhoria” a cargo do Município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ.
- b) Conserto ou troca do dispositivo devido ao desgaste normal de uso: Será uma “manutenção” a cargo da Permissionária.
- c) Conserto ou troca do dispositivo devido a erro na operação: Será “manutenção” a cargo da Permissionária.
- d) Troca do dispositivo por outro de melhor característica: Será uma “melhoria” a cargo do Município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ.

3. REDES DE ÁGUA

- a) Prolongamento de rede de água: Até o limite de 15m (quinze) metros por ligação e 10 m por ramal, será a cargo da Permissionária.
- b) Conserto de redes de água: será uma “manutenção” a cargo da Permissionária.
- c) Implantação de adutoras, novas redes e troca de redes de distribuição: Será uma “ampliação” a cargo do Município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ.
- d) Limpeza de adutoras: Será uma “manutenção” a cargo da Permissionária.
- e) Conserto ou troca de registros e válvulas de rede: Será “manutenção” a cargo da Permissionária.
- f) Instalação de novos registros e válvulas: Será uma “melhoria” do sistema de água, com



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

fornecimento do material a cargo do Município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ

4. POÇOS PROFUNDOS:

- a) Abertura de poço novo será uma “ampliação”, a cargo da CONCEDENTE.
- b) Limpeza do poço existente: Será uma “recuperação”, a cargo do CONCEDENTE, se o poço tiver sido construído 5 (cinco) anos antes da assunção dos serviços pela Permissionária. Se foi construído após esta data mas antes da assunção dos serviços pela Permissionária, o custo será rateado pela CONCEDENTE e a Permissionária, em função do tempo de uso pela Permissionária. Se construído após a assunção pela Permissionária será “manutenção” a cargo da Permissionária.
- c) Abertura de poço novo, devido a perda do poço existente:
 - Se devido a queda normal de produção do poço existente será uma “recuperação”, a cargo da CONCEDENTE, dado que este acontecimento é decorrente da ação da natureza (lençol freático ou colmatagem do veio);
 - Se devido a obstrução do poço pelo desmoronamento de paredes do mesmo será uma “recuperação”, a cargo da CONCEDENTE, dado que este acontecimento é decorrente da ação da natureza ou falha construtiva.
 - Se devido a obstrução do poço devido a erro de operação, pela queda de objeto (ex.: bomba, tubo ou outros) durante a manobra de manutenção do mesmo, será uma “manutenção” a cargo da Permissionária.

5. REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS

A reposição de pavimentos das vias públicas e calçadas, em decorrência dos serviços de manutenção de redes, além de ligações domiciliares, será considerada como manutenção, a cargo da PERMISSONÁRIA.

6. RESERVATÓRIOS E EDIFICAÇÕES

- a) Construção de novos reservatórios ou edificações, incluindo as ETAs: Será uma “ampliação”, a cargo do Município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ.
- b) Reforma de estruturas ou impermeabilização de reservatórios ou edificações existentes, incluindo as ETAs: Será uma “recuperação” a cargo do Município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ, em razão de que um reservatório ou edificação tem vida útil de 30 (trinta) anos. Inclui neste caso a pintura.
- c) Outras atividades em reservatório e edificações e ETAs: compreendendo manutenção da pintura (após reformada pela Contratante), troca de vidros quebrados, lâmpadas queimadas, limpeza, troca de telhas, etc. serão “manutenção” a cargo da Permissionária.

7. MEDIDORES INDIVIDUAIS DE CONSUMO DE ÁGUA (Hidrômetros)

- a) A substituição de Hidrômetros, com data de instalação 5 anos antes da assunção dos serviços pela Permissionária, deverá ser custeada pelo Município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ;
- b) A substituição de Hidrômetros que apresentarem defeitos, instalados a menos de 5 anos antes da assunção dos serviços pela Permissionária, deverá ter seu custo rateado proporcionalmente ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

período de 5 anos, entre o Município de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ e a Permissionária.

A substituição de Hidrômetros instalados após a data de assunção dos serviços pela Permissionária, será custeada totalmente pela Permissionária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO VI

O MODELO DE PERMISSÃO

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

O modelo de Permissão é delegação da prestação dos serviços à empresa privada, por prazo determinado, com base na Lei 8.987/5 e na lei Municipal 203/17. O Poder Público continua como titular dos serviços (Poder Concedente), sendo que a Permissionária os prestará em nome do Departamento de Água e Esgotamento Sanitário - DAES, que manterá a competência pela regulação, planejamento e fiscalização.

- Licitação: tomada de preços
- Contratação: Contrato de Adesão com prazo de 5 anos.
- Tarifa pública (para o Usuário): Definida pelo Poder Concedente.
- Tarifa de Permissão: Definida pela proposta vencedora.
- Faturamento/Arrecadação: Permissionária. O saldo (diferença entre Tarifa Pública e Tarifa de Permissão) será depositado na Conta de Saneamento da PMSJRP.
- Regulamentação dos Serviços: Poder Concedente.
- Mão de Obra: Permissionária.
- Despesas Operacionais: Permissionária, exceto energia elétrica (DAES).
- Investimentos: Responsabilidade da PMSJVRP. Contudo, os investimentos emergenciais poderão ser realizados pela Permissionária.
- Bens Públicos: Propriedade da PMSJVRP, tendo a Permissionária apenas a posse (devido ao uso), revertendo ao fim do contrato para a PMSJVRP (sem ônus).

O contrato de Permissão se difere do de Concessão por ser precário (não tem prazo garantido), não podendo os investimentos serem amortizados pela tarifa, devendo ter solução de ressarcimento direto. Por ser mais simples sua implantação é rápida.

2. ARRANJO INSTITUCIONAL

O arranjo institucional do modelo de Permissão é exposto na figura 01.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

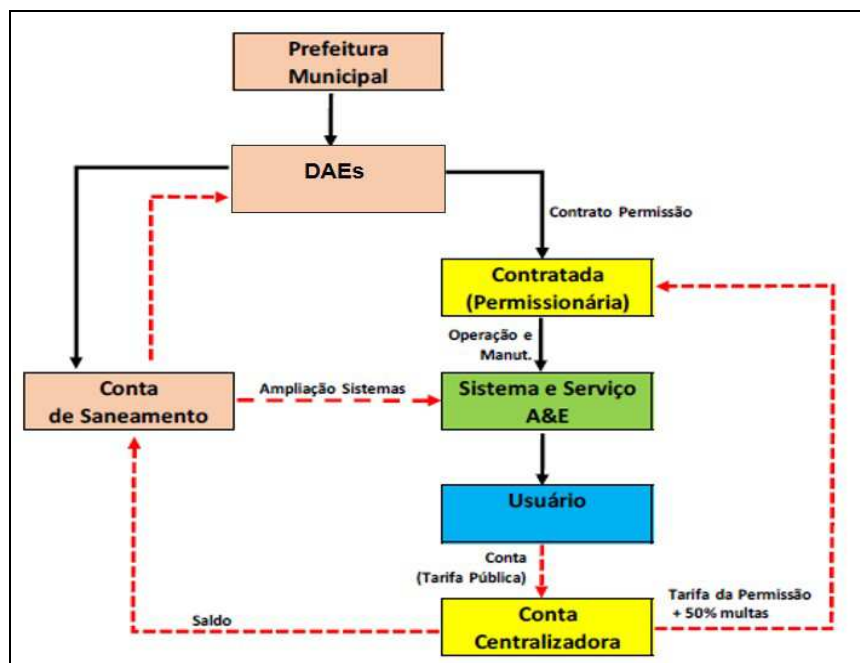


Figura 01 – Arranjo Institucional do modelo de Permissão

A delegação é por contrato de adesão, regido pela lei 8.987/95, entre a PMSJVRP e a Permissionária, outorgando o direito de explorar o serviço, com exclusividade, em caráter precário, com as obrigações de:

- I. Prestar o serviço adequado ao usuário.
- II. Operar e manter o sistema público de água, incluindo hidrometria.
- III. Faturar e arrecadar as tarifas e atender o usuário.
- IV. Depositar ao Fundo de Saneamento parte da tarifa arrecadada.
- V. Elaborar proposta de Plano Anual de Investimentos do sistema público de água
- VI. Realizar os investimentos no sistema de água, de caráter emergencial, necessários para garantir a saúde pública, e a segurança dos usuários, terceiros e do patrimônio público.

Todas as despesas de exploração referentes às obrigações dos itens I ao V serão de responsabilidade da Permissionária, exceto as despesas com energia elétrica, desapropriação e licenciamento/outorgas que ficarão a cargo da Concedente.

As despesas de investimentos referentes ao item VI são de responsabilidade da Concedente, e serão ressarcidos ao Permissionário, parte com os recursos do Conta de Saneamento, parte diretamente pela Concedente. Todo investimento da Permissionária que deva ser ressarcido deverá passar por prévia autorização, e por processo de reconhecimento, definido em contrato.

A Concedente fará direta ou indiretamente a fiscalização dos serviços da Permissionária, bem como as ações e investimentos de ampliação do sistema que não sejam obrigações da Permissionária, definidas no item V, sendo que estas obras poderão ser executadas de forma direta



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

(pelo Titular) ou indireta através de contrato de construção, desde que não fira a exclusividade da Permissionária.

O valor das Tarifas de água (Tarifas Públicas) bem como o preço dos serviços complementares a serem cobrados dos usuários serão fixados pela Concedente.

A área delegada será toda a que hoje tenha serviço prestado pelo DAES. São os sistemas compostos de duas ETAs e Poços Artesianos, conforme Tabelas 1 e 2 do Termo de Referência, totalizando, portanto, cerca de 4,6 mil ligações ativas.

Tabela 1 – Poços Artesianos

| LOCALIDADE | | VAZÃO ESTIMADA (m³/h) | COTA (m) | SITUAÇÃO ATUAL |
|------------|--|--------------------------|-------------|----------------|
| 1 | Águas Claras (Campo) | 5,0 | 551 | Inativo |
| 2 | Águas Claras (Ginásio - Brucussu) | 6,0 | 547 | Não utilizado |
| 3 | Águas Claras (Parque de Exposições) | 5,0 | 531 | Ativo |
| 4 | Águas Claras (Praça) | 3,5 | 548 | Inativo |
| 5 | Barrinha | 6,0 | 523 | Ativo |
| 6 | Cachoeira | 10,0 | 578 | Inativo |
| 7 | Camboatá | 10,0 | 542 | Ativo |
| 8 | Contendas | 6,0 | 536 | Ativo |
| 9 | Contendas (Monte Florido) | 11,0 | 567 | Inativo |
| 10 | Glória | 3,5 | 757 | Ativo |
| 11 | Jaguara | 10,0 | 570 | Ativo |
| 12 | Parada Morelli | 6,6 | 522 | Ativo |
| 13 | Pedras Brancas 1 (Rua)' | 4,5 | 719 | Ativo |
| 14 | Pedras Brancas 2 (Quadra) | 4,0 | 695 | Ativo |
| 15 | Pouso Alegre | 10,0 | 710 | Ativo |
| 16 | Queiroz | 7,5 | 544 | Inativo |
| 17 | São Lourenço | 10,0 | 631 | Inativo |

Tabela 2 – Estações de Tratamento de Água

| INFORMAÇÕES | ETA MARAVILHA | ETA ARAPONGA |
|-------------|---------------|--------------|
| Vazão | 14L/s | 14L/s |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

| | | |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Manancial | Sem identificação | Sem identificação |
| Reservação de Água Tratada | 60m ³ | 100m ³ |
| Altitude | 820m | 780m |

O prazo será de 5 (cinco) anos de modo que possa atrair interessados e haver viabilidade de amortização dos custos de mobilização e investimentos emergenciais. Por outro lado, o contrato terá caráter precário, ou seja, poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo Titular, sem ter que justificar a razão, garantido por óbvio, o ressarcimento do Permissionário.

As atribuições de cada entidade envolvida no arranjo institucional do modelo proposto, resumidas no quadro abaixo.

Tabela 3 – Atribuições das entidades envolvidas

| Entidades | Legislação | Planejamento | Investimento | Prestação Serviços | Regulação Fiscalização | Ativos |
|-----------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------------|-------------------------------|---------------|
| Município | X | | X | | | X |
| DAES | | X | | | X | X |
| Permissionária | | | X | X | | |

Dentre as vantagens do modelo de Permissão podemos citar a alta autonomia; baixa vulnerabilidade a ingerências políticas; tendência a eficiência operacional e; transferência dos riscos operacionais ao privado. Mas o grande mérito é o fato de que o contrato é precário (o prazo não é garantido), podendo ser rescindido a qualquer momento pelo Poder Concedente, o que permite que se amplie ou reduza sua área de atuação (área delegada) sem que isto possa desrespeitar área já delegada a terceiros, servindo desta forma como projeto tampão até que o modelo definitivo (concessão ou outro que o Município optar) possa ser implementado.

3. EMBASAMENTO LEGAL

A base legal do modelo de permissão e seu processo de implantação envolve a Constituição Federal, o Decreto Municipal autorizativo, a Lei 8.987/95 (Lei de Concessões), a Lei 9.074/95, a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações), sendo os principais tópicos justificados como:

- *Da Titularidade do Município para com os serviços de água e esgoto:* definida e garantida pela alínea V do artigo 30º da Constituição.
- *Da possibilidade de realizar estes serviços pelo modelo de permissão:* alínea V do artigo 30º e o art. 175º da Constituição e do artigo 2º da Lei 9.074.
- *Da necessidade de justificativa da permissão:* artigo 5º da Lei 8.987
- *Da necessidade de processo licitatório:* artigo 175º da Constituição; alínea IV do artigo 2º da Lei 8.987.
- *Do Plano Municipal de Saneamento Básico:* O artigo 11º da Lei 11.445/07 exige Plano Municipal de Saneamento Básico como condição delegação dos serviços. O PMSB do Município foi elaborado pelo Consórcio Encibra – Paralela I.

4. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Tabela 4 – Matriz de Alocação de Risco no Modelo Permissão

| RISCO DE ORIGEM EXTERNA DA PERMISSÃO | ALOCÇÃO |
|---|---|
| Não expansão da área delegada | Permissionária |
| Alteração no regulamento dos serviços | A Permissionária, se esta solicitar. Caso contrário ao Concedente |
| Falta de reajuste e/ou revisão de tarifa | Concedente |
| Caso fortuito ou força maior | Concedente |
| Desapropriação e/ou servidão de passagem | Concedente |
| Aprovação de projeto junto a PMSJVRP | Concedente |
| Alteração na legislação e/ ou entendimento jurisprudencial | Concedente |
| Modificação unilateral do contrato de Permissão | Concedente |
| Fato do príncipe, fato da administração, fatores imprevisíveis ou incalculáveis | Concedente |
| RISCOS DE ORIGEM INTERNA DA PERMISSÃO | ALOCÇÃO |
| Demanda para mais ou para menos | Concedente (para mais) Permissionária (para menos) |
| Operação e manutenção do Sistema | Permissionária |
| Inadimplência | Permissionária |
| Atrasos e/ou não obtenção de recursos para investimentos emergenciais | Permissionária |
| Variação dos custos | Permissionária |
| Variação das conjunturas macroeconômicas (juros, câmbio, etc) | Permissionária |
| Alteração de projetos, atrasos na aprovação do projeto ou no recebimento da obra. | A Permissionária se esta lhe der causa. Caso contrário ao Poder Concedente. |
| Atualização Tecnológica | A Permissionária se esta lhe der causa. Caso contrário ao Poder Concedente. |
| Paralisação dos sistemas devido atos ou fatos de poluição ambiental provocada por terceiros | Concedente |
| Risco geológico ou erro de engenharia | Permissionária |
| Riscos arqueológicos | Concedente |
| Licenciamento ambiental das obras de responsabilidade da Permissionária | Permissionária |
| Passivo ambiental | Se em decorrência de fatos ou atos anteriores |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

| | |
|--|---|
| | à Permissão será do Poder Concedente, caso contrário será da Permissionária |
|--|---|

5. VIABILIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA NA FASE DE PERMISSÃO

Na fase de Permissão o contrato se limitará a área operada pelo DAES, englobando 4,6 mil ligações ativas, a maioria na área urbana da sede. Considerando a situação dos sistemas operados pelo DAES, entendemos que serão necessários os investimentos emergenciais definidos na planilha da Tabela 5, na fase de Permissão. Estes investimentos serão ressarcidos ao final do contrato de permissão, diretamente pelo Concedente ou pelo futuro operador dos sistemas. As despesas de exploração (OPEX) foram quantificadas conforme Tabela 6¹.

Tabela 5 – Plano de Investimentos Iniciais na fase de Permissão (CAPEX)

| ITENS DE INVESTIMENTOS | VALOR (MIL R\$) |
|---|---------------------|
| Recadastramento comercial | 50 |
| Sistemas de desinfecção e fluoretação | 100 |
| Hidrometria | 150 |
| Recuperação Reservatórios/ETAs | 30 |
| Recuperação Equip. Eletromecânicos | 10 |
| Dispositivos para controle de qualidade | 30 |
| Ampliação da ETA Araponga | 160 |
| Implantação de Redes | 500 |
| TOTAL | 1.030.000,00 |

Tabela 6 – Estimativa do OPEX na fase de Permissão

| ITEM | UNID. | VALOR |
|-------------------|----------------|----------------|
| Econômico | | |
| Pessoal | Pessoas | 23 |
| Economias ativas | Mil Econ. | 4,6 |
| Financeiro | R\$/mês | |
| Pessoal | R\$/mês | 68.000 |
| Energia | R\$/mês | 26.000 |
| Produtos Químicos | R\$/mês | 4.600 |
| Outros | R\$/mês | 59.000 |
| Total | | 157.600 |

¹ No item “outros” estão inclusas as despesas com Manutenção, comercial, de escritório, serviços de terceiros, seguros, administração central e contingências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

O faturamento é mensal em função da quantidade de água consumida (m³) medida por hidrômetro, e da tarifa de operação proposta neste Estudo. A estimativa de receita dos serviços é baseada no Demonstrativo de Receitas do DAES conforme Tabela 7, e é apresentada Tabela 8.

O fator “K” máximo a ser proposto na licitação foi calculado como **0,945 (novecentos e quarenta e cinco milésimos)**, de modo a garantir a TIR (Taxa Interna de Retorno) mínima exigida para a viabilidade. O fluxo de caixa dos cinco anos de Permissão é apresentado no cronograma da Tabela 9, comprovando a TIR mínima de 12,00%² aa.

Tabela 7 – Demonstrativo de Receita do DAES em 2018

| LEVANTAMENTO 2018 | | | | |
|-------------------|------------------|---------------|---------------|---------------|
| MÊS | FATURAS LANÇADAS | EM ABERTO | ARRECADAÇÃO | INADIMPLÊNCIA |
| Janeiro | R\$ 136.331,39 | R\$ 44.235,72 | R\$ 92.095,67 | 32,45% |
| Fevereiro | R\$ 128.708,59 | R\$ 47.045,06 | R\$ 81.663,53 | 36,55% |
| Março | R\$ 125.003,36 | R\$ 47.126,37 | R\$ 77.876,99 | 37,70% |
| Abril | R\$ 122.795,35 | R\$ 47.028,39 | R\$ 75.766,96 | 38,30% |
| Maio | R\$ 127.602,81 | R\$ 50.440,46 | R\$ 77.162,35 | 39,53% |
| Junho | R\$ 120.688,31 | R\$ 49.149,64 | R\$ 71.538,67 | 40,91% |
| Julho | R\$ 121.998,65 | R\$ 52.938,74 | R\$ 69.059,91 | 43,39% |
| Agosto | R\$ 129.310,05 | R\$ 66.065,44 | R\$ 63.244,61 | 51,09% |

Tabela 8 – Estimativa da Receita na fase de Permissão

| ITEM | UNID | VALOR |
|----------------------------------|-------------|--------------|
| Parâmetros Base | | |
| Economias Ativas unid | Mil | 4,6 |
| Tiket Médio | R\$/Eco.mês | 27,50 |
| Balanço da Permissionária | | |
| Receita do Serviço de Água | mil R\$/mês | 126,55 |
| Fator K da Permissão | | 0,945 |
| Receita Bruta da Permissão | mil R\$/mês | 119,6 |

Tabela 9 – Demonstrativo de Fluxo de Caixa (Base: Setembro/2018)

² Valor considerado no PMSB de SJVRP



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

| ITEM | UND | ANO | | | | |
|-----------------------------------|---------|---------------|---------------|---------|---------|---------|
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Mobilização | mil R\$ | 100 | | | | |
| Investimentos emergenciais | mil R\$ | 1030,00 | | | | |
| Despesas de operações | mil R\$ | 1666,80 | 1683,47 | 1700,31 | 1717,31 | 1734,48 |
| Receita bruta | mil R\$ | 1874,63 | 2343,29 | 2702,28 | 2837,39 | 2979,26 |
| Inadimplência | mil R\$ | 562,39 | 468,66 | 270,23 | 283,74 | 297,93 |
| | % | 30% | 20% | 10% | 10% | 10% |
| Receita líquida | mil R\$ | 1312,24 | 1874,63 | 2432,05 | 2553,65 | 2681,33 |
| Pis/Cofins | mil R\$ | 87,17 | 108,96 | 125,66 | 131,94 | 138,54 |
| Receita Total líquida | mil R\$ | 1225,07 | 1765,67 | 2306,39 | 2421,71 | 2542,80 |
| Despesas totais | mil R\$ | 2796,80 | 1683,47 | 1700,31 | 1717,31 | 1734,48 |
| Saldo no período (Rec. Desp. Tot) | mil R\$ | - 1.571,73 | 82,19 | 606,09 | 704,40 | 808,32 |
| Resultado acumulado | mil R\$ | - 1.571,73 | - 1.489,54 | -883,45 | -179,05 | 629,27 |

TIR: 12,00%

Na fase de Permissão nos **Anos 1 e 2** foram considerados os reajustes de Tarifas de 20% em cada ano conforme estabelecido na Lei 2.182/17. No **Ano 3** foi considerado o índice de 10,32%, que deverá ser aprovado pelo Concedente, visando o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato e a manutenção da Taxa Interna de Retorno de 12% aa.

Do **Ano 1 ao 5** foi considerado um aumento de produção de água, do volume faturado e consequentemente da receita de 1% aa sobre o ano imediatamente anterior.

Do **Ano 1 ao 5** foi considerado melhorias na eficiência operacional e comercial de 4% aa sobre o ano imediatamente anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO VII – Minuta de Contrato

CONTRATO DE PERMISSÃO A TÍTULO PRECÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO NA CONDIÇÃO DE CONCEDENTE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, E DO OUTRO COMO PERMISSIONÁRIA A EMPRESA _____NA FORMA ABAIXO:

Aos ____ dias do mês de _____ de dois mil e _____, na sede do Município de São José do Vale do Rio Preto, situada à rua Cel. Francisco Limongi, 159 – Centro – São José do Vale do Rio Preto – RJ, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 32.001.836/0001-05, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, casado, XXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXX do IPF, do CPF n.º XXXXXXXXX e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º _____, com sede à _____, _____, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, neste ato representada pelo _____, RG n.º _____ e C.P.F. n.º _____, resolvem firmar o presente Contrato decorrente da Tomada de Preços n.º ____/____ e do Processo n.º ____/____, cujo edital fica fazendo parte integrante e mediante cláusulas e condições enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água na área urbana do MUNICÍPIO sob a responsabilidade do Departamento de Água e Esgotamento Sanitário de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - DAES, no regime de permissão, delegada pela CONCEDENTE à PERMISSIONÁRIA, em caráter de exclusividade, englobando o seguinte escopo

- a) Prestação do serviço público de abastecimento de água;
- b) Operação, manutenção e controle de qualidade do sistema público de abastecimento de água, incluindo os ramais e o sistema de micromedicação;
- c) Prestação dos serviços complementares aos usuários;
- d) Atividades comerciais e de atendimento dos usuários do SERVIÇO;
- e) Recuperação, melhoria e ampliação do sistema de água e esgoto, de caráter emergencial.
- f) Ampliação da extensão da rede de distribuição/coleta que sejam necessárias para atender a novas ligações solicitadas em virtude do crescimento vegetativo.

CLÁUSULA SEGUNDA: CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A partir da assinatura do contrato a PERMISSIONÁRIA tem o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para dar início a prestação dos serviços objeto do presente contrato, quando será emitida a Ordem de Serviço (OS).

2.2. No ato da assinatura deste Contrato a Permissionária depositará a garantia de execução do Contrato, em qualquer das formas previstas no artigo 56 da Lei 8.666/93, no valor equivalente a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

1% (um por cento) do valor do Contrato, renovado a cada ano no valor residual previsto para o Contrato, em razão do prazo remanescente.

2.2.1. Encerrado o Contrato e cumpridas integralmente as obrigações da PERMISSIONÁRIA, a garantia do contrato lhe será restituída no prazo de 30 (trinta) dias.

2.3. Até a data da emissão da OS o CONCEDENTE deverá abrir em instituição financeira (BANCO) conta bancária específica, de titularidade da CONCEDENTE, sob responsabilidade de agente fiduciário, denominada CONTA DE SANEAMENTO, cujo saldo só poderá ser utilizado para ações de recuperação, ampliação e/ou melhoria do sistema referidas no item 6.2 ou nas indenizações referidas no item 8.5.

2.4. A PERMISSOÁRIA se obriga orientar todos os agentes arrecadadores dos créditos referentes aos serviços públicos de abastecimento de água, a partir da data de emissão da OS, a transferir qualquer recebimento para conta bancária específica, de titularidade da PERMISSOÁRIA, sob a responsabilidade de agente fiduciária do BANCO, denominada CONTA CENTRALIZADORA.

2.5. Os serviços serão prestados de modo a satisfazer ao conceito de serviço adequado e demais condições constantes do Regulamento dos Serviços (**Anexo II**).

2.6. Todas os custos, despesas e incidências, não importa de que natureza, decorrentes da prestação dos serviços objeto da Permissão, cuja competência seja posterior à data do contrato, serão de responsabilidade exclusiva da PERMISSOÁRIA, exceto os especificados como de responsabilidade da CONCEDENTE.

2.7. Na prestação dos SERVIÇOS a PERMISSOÁRIA terá ampla liberdade na direção e gestão de seus negócios, incluindo as funções operacionais, contratação de pessoal e de serviços, aquisição de materiais e tecnologias, observadas as disposições deste CONTRATO e da legislação em vigor.

2.8. Quaisquer normas, regulamentos, instruções ou determinações de caráter geral e que sejam aplicáveis aos SERVIÇOS, expedidas pelo MUNICÍPIO ou pelo Poder Público competente, deverão ser atendidos pela PERMISSOÁRIA, como condições implícitas deste contrato, observada a necessidade de, concomitantemente, proceder-se à readequação do equilíbrio econômico financeiro, na forma prevista neste Contrato.

2.9. São de responsabilidade da CONCEDENTE as despesas com:

a) Investimentos no sistema de abastecimento de água, que não sejam considerados como manutenção;

b) Os atos e ônus decorrentes de desapropriações necessárias à execução dos serviços e/ou respectiva obra, ou para instituição de servidão administrativa;

c) Os atos e ônus decorrentes da obtenção de outorgas e/ou licenças de uso de recursos hídricos necessários à prestação do serviço público de abastecimento de água.

d) Despesas de energia elétrica referentes aos poços, elevatórias de água e estações de tratamento de água.

2.10. A PERMISSOÁRIA deverá prestar o assessoramento técnico necessário, no tempo adequado, de modo que o CONCEDENTE possa cumprir com suas obrigações.

2.11. A responsabilidade por atos, fatos ou omissões anteriores à data da OS não serão atribuídos a PERMISSOÁRIA, de tal forma que eventuais demandas, ações, indenizações ou pendências originadas de atos, fatos ou omissões anteriores, inclusive referentes a questões ambientais,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

permanecerão sob a exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ficando a PERMISSIONÁRIA isenta e desobrigada de qualquer responsabilidade neste sentido.

2.12. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato caracteriza-se como condição fundamental do instituto jurídico da PERMISSÃO.

2.12.1. A equação econômico-financeira constante do Termo de Referência considerando a aplicação do fator “K” proposto na receita direta prevista define o equilíbrio entre os encargos da Permissionária e as receitas da Permissão.

2.12.2. As partes farão jus ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO sempre que sua equação econômico-financeira originária for alterada, impactando nos encargos ou receitas da Permissão.

2.12.3. O parâmetro adotado para verificação do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO é a Taxa Interna de Retorno – TIR.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

3.1. O presente contrato terá prazo de vigência de 5(cinco) anos contados a parti da data de sua assinatura, conforme determina a Lei.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DO CONTRATO E REMUNERAÇÕES

4.1. O valor do presente contrato é de R\$ ____ (____), em função da estimativa de faturamento dos SERVIÇOS, multiplicado pelo fator K, constante do item 4.3., pelo prazo contratual.

4.2. A PERMISSIONÁRIA deverá faturar diretamente dos usuários as contas referentes aos serviços públicos de abastecimento de água, com base nos valores das Tarifas Públicas de água e dos preços dos serviços complementares, e demais direitos de cobrança na forma definida no “Regulamento dos Serviços”, centralizando a arrecadação na CONTA CENTRALIZADORA.

4.2.1. É direito da PERMISSIONÁRIA o faturamento e a arrecadação de todas as contas emitidas após a data da OS.

4.2.2. Os valores arrecadados das multas referidas no Regulamento de Serviço serão rateadas pela Permissionária e PMSJVRP em igual proporção.

4.3. Do faturamento acima será direito da PERMISSIONÁRIA a receita arrecadada de cada conta multiplicado por _____(_____), referente ao Fator “K” constante da proposta vencedora da Licitação, devendo o BANCO transferir o valor para conta indicada pela PERMISSIONÁRIA.

4.3.1. O saldo da diferença da arrecadação deverá ser depositado na CONTA DE SANEAMENTO da CONCEDENTE.

4.4. Os débitos dos usuários para com o CONCEDENTE, anteriores à data da OS, inscritos ou não em dívida ativa, não fazem parte dos direitos e obrigações da PERMISSIONÁRIA.

4.4.1. A CONCEDENTE quantificará e qualificará estes débitos e os apresentará à PERMISSIONÁRIA podendo a mesma cobrar os respectivos créditos mediante uma remuneração de 20% (vinte por cento), livre das despesas bancárias.

4.5. Os valores das Tarifas Públicas, Tarifas da Permissão e dos preços dos serviços complementares serão reajustados em periodicidade anual, podendo a mesma ser reduzida em caso de alteração da legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

4.6. A forma de reajustamento anual das tarifas de água será em conformidade com a Lei Municipal nº 2.081 de 24 de novembro de 2017 até o final de sua vigência. Após o que, deverá ser estabelecido uma nova forma de reajustamento, em observância ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato e/ou pela média aritmética da variação dos índices IPCA, IGP-M, INCC e tarifa de Energia B3, sendo a nova Tarifa Pública e Preços dos Serviços Complementares fixadas pelo Poder Executivo.

4.6.1. Todos os indicadores acima serão calculados tomando-se por base os valores nominais do mês de outubro, do ano de 2019.

4.7. Sem prejuízo do disposto no item 4.6 acima, haverá revisão do valor da tarifa da Permissão nos seguintes casos:

a) Sempre que houver modificação unilateral do contrato, imposta pela CONCEDENTE, que importe em variações de custos ou receitas;

b) Ressalvado o imposto sobre a renda, sempre que houver a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, posteriormente ao mês da proposta;

c) Sempre que houver, imposto pela CONCEDENTE ou pela necessidade de cobertura dos serviços, acréscimo ou supressão de encargos à PERMISSIONÁRIA, não previstos na proposta;

d) Sempre que ocorrências supervenientes, decorrentes de força maior, caso fortuito, fato do Príncipe, fato da Administração ou de interferências imprevistas, resultem, comprovadamente, em acréscimos dos custos e despesas ou diminuição da receita da PERMISSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUINTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. São direitos e obrigações da PERMISSIONÁRIA:

a) Cumprir e fazer cumprir o Regulamento dos Serviços (**Anexo II**);

b) Prestar serviço adequado, de acordo com o disposto neste contrato e no Regulamento de Serviços;

c) Operar, manter e conservar todas as instalações físicas dos sistemas de água, incluindo os ramais domiciliares;

d) Realizar o controle de qualidade da água distribuída, em conformidade com as normas vigentes;

e) Executar as ampliações das redes de distribuição de água seja necessária para atender a ligações solicitadas em virtude do crescimento vegetativo, conforme disposto no Regulamento de Serviços;

f) Manter e conservar hidrômetros dos ramais de água dos domicílios;

g) Fiscalizar e combater a fraude à medição, incluindo corte e religação, dos ramais de água dos domicílios faturados pelo serviço de esgotamento sanitário;

h) Manter atualizados os cadastros técnico e de usuários;

i) Faturar as contas relativas aos serviços de abastecimento de água e dos serviços complementares, bem como dos direitos de cobrança definidos no Regulamento dos Serviços, de todos os domicílios situado em logradouro público onde o sistema de água esteja implantado e operando;

j) Interromper o fornecimento de água, por corte no ramal, no caso de inadimplente do usuário referente ao SERVIÇO;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- k) Inserir o nome do USUÁRIO inadimplente por mais de 90 (noventa) dias em cadastros de inadimplentes ou de restrição ao crédito;
- l) Elaborar e propor o Plano de Anual de Investimentos para recuperação, melhoria e ampliação do sistema de água;
- m) Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados ao sistema de água sob sua gestão;
- n) Permitir livre acesso da fiscalização da CONCEDENTE, em qualquer época, às instalações dos sistemas e aos cadastros das instalações e dos usuários;
- o) Solicitar à CONCEDENTE, em tempo hábil, os atos de desapropriação e/ou instituição de servidão necessários à prestação dos serviços objeto do presente contrato;
- p) Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação dos serviços;
- q) Tomar as medidas judiciais cabíveis e substituição do hidrômetro quando da violação dos lacres do cavalete e/ou hidrômetro ou da depredação do mesmo;
- r) Manter uniformizado seu pessoal;
- s) Manter escritório de atendimento ao usuário e responsável pelos serviços, no local;
- t) Utilizar sem ônus vias públicas, estradas, caminhos e terrenos de domínio municipal, recompondo o pavimentos de caixa de rua decorrentes de obras necessárias à prestação do serviço;
- u) Garantir e se responsabilizar pela segurança de trabalho;
- v) Se responsabilizar por danos a terceiros decorrentes do serviço;
- w) Recolher os impostos devidos pela arrecadação das tarifas;
- x) Receber, mediante cessão, o uso de bens imóveis que lhe forem cedidos pelo MUNICÍPIO para implantação de instalações operacionais, bem como servidões administrativas e de passagem referentes à prestação dos serviços públicos, sem qualquer ônus e pelo prazo em que vigorar este CONTRATO;
- y) Examinar e apreciar os projetos relativos ao abastecimento de água em novos loteamentos;
- z) Alterar a classificação do imóvel sempre que nele forem exercidas atividades diversas da originalmente informada;

5.1.1. A Permissionária poderá oferecer direitos emergentes da PERMISSÃO em garantia a financiamentos que venha a contrair para a realização dos investimentos oriundos do presente CONTRATO, inclusive mediante a cessão, em caráter fiduciário, de parcela de seus créditos operacionais futuros, nos termos dos arts. 28 e 28-A da Lei Federal 8.987/95 e demais dispositivos da legislação de regência.

5.1.2. A Permissionária poderá oferecer as ações de sua emissão em garantia (penhor ou alienação fiduciária ou outro gravame ou ônus admitido em direito) aos financiamentos que venha a contrair para a realização dos investimentos oriundos do presente Contrato:

5.2. São direitos e obrigações da CONCEDENTE:

- a) Regular e fiscalizar os serviços da PERMISSONÁRIA, podendo tal fiscalização ser feita diretamente ou por prepostos para tal designados;
- b) Alterar, a qualquer tempo, o Regulamento dos Serviços, bem como cumprir e fazer cumprir o mesmo;
- c) Viabilizar e obter, em seu nome, todas as licenças e outorgas de utilização de recursos hídricos a serem utilizados na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- d) Zelar pela boa qualidade dos serviços e apurar eventuais queixas quanto a conduta da PERMISSIONÁRIA, cientificando o usuário em até 30 (trinta) dias das providências tomadas;
- e) Realizar os atos referentes às desapropriações e/ou instituição de servidão necessários a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitários, assumindo o ônus pelos referidos atos;
- f) Estimular a formação de associações de usuários para a defesa dos interesses dos mesmos relativos aos serviços objeto do presente contrato, bem como garantir os seus direitos;
- g) Analisar e aprovar o Plano de Investimentos proposto pela PERMISSIONÁRIA, bem como garantir os recursos financeiros necessários e implementá-lo;
- h) Pagar em dia os créditos da PERMISSIONÁRIA junto à CONCEDENTE ou órgãos de sua administração direta ou indireta, vinculados ao SERVIÇO ou disposições contratuais.
- i) Fixar por Decreto as Tarifas Pública de água, e os preços dos serviços complementares, conforme este contrato;
- j) Fornecer o cadastro técnico e comercial completo do sistema;
- k) Manter em condições de tráfego, as estradas de acesso às ETAs Maravilha e Arapongas;
- l) Indenizar a Permissionária dos prejuízos decorrentes de investimentos, cuja realização for eventual, necessária e adicionalmente prevista.

5.3. Sem prejuízo do disposto na Lei Federal 8.078 de 11/9/90, são direitos e deveres dos usuários:

- a) Receber serviço adequado conforme Regulamento dos Serviços;
- b) Receber da CONCEDENTE e da PERMISSIONÁRIA informações para defesa de interesses individuais e coletivos;
- c) Obter e utilizar os serviços, observadas as normas do REGULAMENTO DOS SERVIÇOS;
- d) Levar ao conhecimento do poder público e da PERMISSIONÁRIA as irregularidades de que tenham conhecimento referentes aos serviços prestados;
- e) Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela PERMISSIONÁRIA na prestação dos serviços;
- f) Contribuir para a permanência em boas condições dos bens públicos através dos quais lhe são prestados os serviços;
- g) Pagar os serviços prestados, conforme estabelecido no **Anexo I**;

5.4.. As atividades de regulação e fiscalização dos SERVIÇOS serão exercidas pelo MUNICÍPIO ou preposto indicado por ele.

5.5. Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações e; por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

CLÁUSULA SEXTA: DAS RESPONSABILIDADES PELOS INVESTIMENTOS

6.1. São de responsabilidade da PERMISSIONÁRIA todos os investimentos necessários para:

- a) Manutenção e conservação de todo o sistema público de água, previstos no escopo da PERMISSÃO, incluindo ramais e a hidrometria;
- b) Implantação do ramal domiciliar, na extensão máxima de 10 metros por ligação de água executada, incluindo hidrômetro, solicitada e remunerada pelo usuário, com base nos preços fixados para serviços complementares.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

6.2. São de responsabilidade da CONCEDENTE todos os demais investimentos necessários à recuperação, melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água, inclusive micromedição, conforme disposições do **Anexo V**, podendo ser executadas diretamente pela PREFEITURA ou indiretamente, através de contratos de terceiros ou deste Contrato.

6.2.1. Os investimentos em melhoria e ampliação serão realizados em conformidade com o Plano Anual de Investimentos, após análise e aprovação pelo MUNICÍPIO e de acordo com a disponibilidade de recursos.

6.3. Desde de que expressamente autorizada pela CONCEDENTE e em obediência ao disposto nas normas legais, a PERMISSIONÁRIA poderá realizar os investimentos em recuperação, melhoria e/ou ampliação do sistema de abastecimento de água, a cargo da CONCEDENTE, caso seja de seu interesse, podendo descontar o valor dos mesmos do montante devido da diferença entre a Tarifa Pública e a Tarifa de Permissão.

6.3.1. A PERMISSIONÁRIA e a CONCEDENTE ficam obrigadas a manter e atestar, respectivamente, em periodicidade mensal, a contabilidade de eventuais créditos decorrentes do disposto acima.

6.3.2. A Permissionária deverá apresentar o objeto do investimento e a sua justificativa, acompanhada de projeto e orçamento detalhado, tendo por base a tabela EMOP RJ NÃO DESONERADA, admitindo leis sociais de 124%, e BDI de 24% (vinte e quatro por cento) e verba de projeto e gerenciamento de 6% (seis por cento).

6.3.3. Aprovado o projeto e orçamento a Permissionária deverá executar a obra ou serviço, cabendo à CONCEDENTE a fiscalização dos mesmos.

6.3.4. Concluída a obra e/ou serviço a mesma será recebida pela CONCEDENTE que atestará a sua realização, emitindo certificado, passando a ser investimento a ser indenizado à Permissionária (INVESTIMENTO RECONHECIDO).

6.3.5. Os investimentos da Permissionária, que permanecerem por mais de um mês sem serem amortizados, farão jus a correção monetária pelo IGP-M e remuneração mensal da TJLP mais 3% ao ano.

6.4. Para fins de distinção de ações de manutenção, a cargo da PERMISSIONÁRIA, e ações de recuperação, ampliação e melhoria, a cargo do MUNICÍPIO, serão consideradas as diretrizes definidas no **Anexo V**.

CLÁUSULA SÉTIMA. DAS PENALIDADES

7.1 Conforme a Lei nº 8.666/93, a PERMISSIONÁRIA será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 7.1.1. Apresentação de documentação falsa: (cinco anos);
- 7.1.2. Retardamento da execução do objeto: (três anos);
- 7.1.3. Falhar na execução do contrato: (três anos);
- 7.1.4. Fraudar na execução do contrato: (cinco anos);
- 7.1.5. Comportamento de modo inidôneo: (cinco anos);
- 7.1.6. Apresentar declaração falsa: (quatro anos);
- 7.1.7. Cometer fraude fiscal: (quatro anos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

7.2 Para os fins do subitem 7.1.5 reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.3. A PERMISSIONÁRIA responderá perante o CONCEDENTE por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão do Contrato, seja por defeito decorrente do serviço pactuado, seja por infringência da disposição regulamentar.

7.4. O CONCEDENTE aplicará à PERMISSIONÁRIA as seguintes multas:

7.4. 1 - 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto contratual, quantia está reconhecida como líquida, certa e exigível, cobrável via de execução e compensável pelo Município de qualquer crédito porventura existente;

7.4. 2 - Multa conforme item 7 nos demais casos

7.4.3 As multas aplicadas pelo CONCEDENTE serão descontadas dos valores devidos à PERMISSIONÁRIA ou recolhidas na conta corrente ou Tesouraria do CONCEDENTE pela PERMISSIONÁRIA, no prazo de quinze dias, a partir da data de notificação, em caso de não haver saldo suficiente para o desconto.

CLÁUSULA OITAVA. DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

8.1. Além da condição de advento do prazo contratual, o presente poderá ser extinto, a qualquer momento, por:

- a) Encampação, decorrente de interesse público justificado;
- b) Caducidade, decorrente da prestação dos serviços que não atender às Regulamento dos Serviços e/ou desrespeito a qualquer das cláusulas contratuais, bem como de qualquer dos demais itens constantes do parágrafo 1º do artigo 38 da Lei 8.987/95.
- c) Rescisão
- d) Anulação
- e) Falência ou extinção da PERMISSIONÁRIA.

8.2. Os procedimentos quanto a encampação e caducidade são os definidos nos artigos 37 e 38 da Lei 8.987 de 13/2/95, respectivamente.

8.3. A PERMISSIONÁRIA poderá rescindir o contrato no caso de não cumprimento por parte do MUNICÍPIO de qualquer das cláusulas deste contrato, obtida mediante ação judicial intentada especificamente para este fim, sendo que a PERMISSIONÁRIA não poderá paralisar ou interromper os serviços até a decisão transitada em julgado.

8.4. Na eventualidade da rescisão prevista no item anterior a PERMISSIONÁRIA deverá ter garantido o equilíbrio econômico e financeiro do contrato até a decisão transitada em julgado.

8.5. Quando da extinção do contrato a CONCEDENTE ressarcirá a PERMISSIONÁRIA de eventuais direitos existentes referentes às contas de água, descontada os valores devidos de quaisquer débitos da PERMISSIONÁRIA, conforme disposto na sequência:

8.5.1. Até 30 dias após a assunção dos serviços, o montante equivalente às contas de água já emitidas e ainda não arrecadadas, referentes ao ciclo de faturamento do mês imediatamente anterior ao da extinção do contrato, acrescido ou descontado do saldo referido no item 6.3.1.

8.5.2. Até 60 dias após a assunção dos serviços, o montante referente aos serviços por ela prestados e não faturados, referentes ao ciclo de faturamento do mês de extinção do contrato,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

calculado “pro-rata tempore” de acordo com fórmula abaixo, acrescido ou descontado do saldo referido no item 6.3.1 ainda remanescente do item 8.5.1:

$M = F \cdot K \cdot (30 - D)/30$ onde;

M = Montante a ser ressarcido;

F = Faturamento dos serviços públicos de água decorrente do primeiro ciclo de faturamento do mês que foi extinguido o contrato;

K = Fator proposto para Tarifa de Permissão;

D = número de dias corridos entre a data de assunção dos serviços e a data do ciclo de faturamento do mês anterior ao da extinção do contrato;

8.5.3. Até 90 (noventa) dias após a assunção dos serviços, o montante equivalente as contas de água por ela emitidas e ainda não arrecadadas, multiplicadas pelo fator “K”, vencidas nos últimos 12 meses anteriores ao ciclo de faturamento do mês imediatamente anterior ao da extinção do contrato, acrescido ou descontado do saldo referido no item 6.3.1 ainda remanescente do item 8.5.2.

8.5.4. Até 180 (cento e oitenta) dias após a assunção dos serviços, o montante equivalente as contas de água multiplicadas pelo fator “K”, emitidas e ainda não arrecadadas durante o contrato de Permissão, decorrentes de orientação expressa da CONCEDENTE para não ser aplicada política de corte, acrescido ou descontado do saldo referido no item 6.3.1 ainda remanescente do item 8.5.3.

8.5.5. No caso de rescisão de contrato por culpa do CONCEDENTE ou encampação, a PERMISSONÁRIA será ressarcida de:

a) Todos os custos oriundos de necessária rescisão de contratos mantidos entre a PERMISSONÁRIA e terceiros diretamente relacionados aos SERVIÇOS, corrigidos monetariamente pela variação do IGPM, da data da ocorrência nos custos até a data de pagamento da indenização;

b) Valor não amortizado referente à mobilização, definido no Termo de Referencia (Anexo I), na proporção direta do prazo restante de amortização;

8.6. A PERMISSONÁRIA transferirá no ato de extinção do contrato o direito aos créditos junto aos usuários, referidos nos itens 8.5.1 a 8.5.3.

8.6.1. Os créditos da PERMISSONÁRIA junto aos usuários que não forem ressarcidos conforme item 8.5.4 permanecerão de direito da mesma.

8.7. O atraso no pagamento da indenização prevista ensejará em multa ao CONCEDENTE correspondente a 2,0% (dois por cento) do valor em atraso, acrescido de juros moratórios de 1,0 % (um por cento) ao mês, “pro rata die”, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento do valor

CLÁUSULA NONA. DOS BENS REVERSÍVEIS

9.1. Todos os bens, móveis ou imóveis, atualmente em uso nos sistemas de água objeto da Permissão passam à guarda da PERMISSONÁRIA, que arcará com o dever pelo encargo econômico de depreciação, devendo ser devolvidos à CONCEDENTE ao término do presente contrato em bom estado de conservação e manutenção, ressalvado o desgaste decorrente do seu uso normal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

9.2. Na data da OS dos serviços será efetuado, conjuntamente pelas partes, o inventário dos bens acima referidos, o qual deverá ser mantido atualizado pela **PERMISSIONÁRIA**.

9.3. Idêntica disposição se aplica a todos os bens que venham a ser adquiridos e/ou custeados pela **CONCEDENTE** para incorporação aos sistemas de abastecimento de água.

9.4. Todos os bens adquiridos e/ou custeados pela **PERMISSIONÁRIA** e que não se incorporarem aos ativos operacionais relacionados no inventário citado acima, são de sua propriedade e serão desmobilizados com a mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA. DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

10.1. A **PERMISSIONÁRIA** não poderá ceder ou transferir a execução de parte ou de todo o objeto deste contrato sem prévia e expressa autorização do **CONCEDENTE**.

Parágrafo Único: A transferência a terceiros não desonera a **PERMISSIONÁRIA** da responsabilidade quanto às obrigações transferidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. DOS ADITAMENTOS E ALTERAÇÕES DO CONTRATO

11.1 - Caso haja necessidade de alteração no contrato, com acréscimos ou supressões em seu objeto, o mesmo poderá ser alterado com base no dispositivo legal constante no artigo 65, incisos e alíneas §1º ao 8º, todos da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. DA DENÚNCIA

12.1. Fica facultado ao **CONCEDENTE**, o direito de denunciar este contrato, mediante aviso por escrito com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência, salvaguardados os compromissos assumidos até a data da denúncia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos, quando não resolvidos de comum acordo entre os **CONCEDENTES**, serão regulados pelas disposições do direito comum e pelos princípios gerais de direito, restando sublinhado, expressamente, que o presente contrato é de natureza civil, não podendo ser invocada a aplicação de regras da legislação do trabalho, posto inócurrenente vínculo desta natureza.

13.2 As contratações, inclusive de mão de obra, feitas pela **PERMISSIONÁRIA** não estabelecerão qualquer relação entre terceiros contratados e a **CONCEDENTE**, exceto no caso do pessoal que mantém vínculo com esta última.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. DAS CONDIÇÕES GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

14.1 A PERMISSONÁRIA se obriga a apresentar anualmente uma prestação de contas dos serviços ora contratados, nos aspectos físicos, comerciais, financeiros e administrativos, em modelo a ser definido pela CONCEDENTE.

14.2 Fazem parte do presente Contrato como se nele tivesse subscrito os seguintes documentos:

- a) Proposta completa da permissionária
- b) Regulamento dos Serviços Públicos de Água do Município de **SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**
- c) Critérios de Serviço Adequado
- d) Política Tarifária
- e) Termo de Referência
- f) Distinção da Responsabilidade pelos Investimentos
- g) Modelo de Permissão
- h) Edital de Tomada de Preços nº ____/____, de ____ de ____ de _____, emitida pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, para dirimir os conflitos oriundos do presente instrumento, quando não puderem ser dirimidos pela Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto.

E, por estarem em pleno acordo, CONCEDENTE e PERMISSONÁRIA, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas para que produza efeitos legais.

São José do Vale do Rio Preto, em ____ de ____ de ____.

CONCEDENTE

PERMISSONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE IDÔNEO

A Sociedade Empresária _____, CNPJ _____, situada a Rua _____, Vem pelo presente, na pessoa de seu responsável declarar sob as penas da Lei que: Não há, em seu desfavor, declaração de inidoneidade, emitida por ente público de qualquer esfera governamental, de qualquer dos poderes, em qualquer unidade da federação, que impeça sua participação no presente certame.

_____ de _____ de _____

Responsável pela Sociedade Empresária



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO IX

Declaração de Conformidade com o Edital e seus Anexos

A Sociedade Empresária _____, CNPJ _____, situada a Rua _____, pelo presente, na pessoa de seu responsável por esta empresa, em conjunto com o responsável técnico da mesma declarar sob as penas da Lei que: todas as informações contidas na documentação integrante do edital da presente licitação, assim como as condições locais, examinadas ambas pelo responsável técnico da empresa licitante, foram consideradas suficientes para o pleno adimplemento das obrigações decorrentes da execução do objeto a ser contratado, não estando e exigir reparos, retificações e/ou alterações

_____ de _____ de _____

Responsável pela Sociedade Empresária
CPF Nº

Responsável Técnico
CREA Nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO X

**REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE
REGISTRO CADASTRAL**

A EMPRESA ABAIXO ESPECIFICADA SOLICITA:

| | | | | | |
|----------|--|-----------|--|-----------------------|--|
| INCLUSÃO | | RENOVAÇÃO | | ALTERAÇÃO DE DADOS | |
|----------|--|-----------|--|-----------------------|--|

NO CADASTRO DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, RJ.

| | |
|---|-----------------|
| RAZÃO SOCIAL | |
| NOME FANTASIA | |
| CNPJ / C.G.C / C.P.F | |
| CATEGORIA | |
| ENDEREÇO | |
| Nº | |
| ESTADO | |
| BAIRRO | |
| MUNICÍPIO | |
| CEP | |
| DDD/DDI | |
| TELEFONE | |
| E-MAIL | |
| INSCRIÇÃO MUNICIPAL | |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL | |
| CAPITAL SOCIAL | |
| SOCIO GERENTE | |
| SOCIO RESPONSÁVEL EM OUTORGAR PODERES | |
| REPRESENTANTE LEGAL | |
| PORTE DA EMPRESA | |
| MICRO | PEQUENO |
| MÉDIO | GRANDE |
| DOCUMENTAÇÃO | |
| <i>DOCUMENTOS/CERTIDÕES</i> | <i>VALIDADE</i> |
| CONTRATO SOCIAL/ ESTATUTO SOCIAL/ ATA ASSEMBLEIA/ALTERAÇÕES/OUTROS | |
| CND INSS | |
| CND FGTS | |

| | |
|---|--|
| CND MUNICIPAL | |
| CND ESTADUAL | |
| CND DIVIDA ATIVA ESTADO | |
| CND DIVIDA ATIVA UNIÃO | |
| CND RECEITA FEDERAL | |
| CND AÇÕES DE FALÊNCIA E CONCORDATA (SEDE DO DISTRIBUIDOR) | |
| CNDT – PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS A JUSTIÇA DO TRABALHO (LEI 12.440, DE 2011) | |
| ATESTADO IDONEIDADE FINANCEIRA EMITIDO POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NO EXERCICIO NO QUAL TENHA SIDO REQUERIDO A EMISSÃO DO C.R.C, EM DATA NÃO SUPERIOR A 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DAQUELA DO REQUERIMENTO DO CERTIFICADO | |
| BALANÇO PATRIMONIAL/DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS | |
| CERTIDÃO OU DECLARAÇÃO DE INFRAÇÃO TRABALHISTA E PROTEÇÃO AO MENOR | |
| OBJETO DO CONTRATO SOCIAL | |
| | |
| NOME | |
| LOCAL E DATA | |

ASSINATURA

Obs.: O preenchimento do item “ categoria” serão distribuídos em categorias segundo o seu ramo de atividade, conforme abaixo identificados:

- 01.** INDÚSTRIA;
- 02.** COMÉRCIO;
- 03.** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;
- 04.** INDÚSTRIA E COMÉRCIO;
- 05.** INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;
- 06.** COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;
- 07.** INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;
- 08.** EMPREITEIRO.